



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública (com intervalo)	Nº: 0772/08	DATA: 28/05/2008
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 19h45min	DURAÇÃO: 4h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h46min	PÁGINAS: 126	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REINALDO SZYDLOSKI - Policial Rodoviário Federal aposentado.
WENDEL BENEVIDES MATOS - Policial Rodoviário Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há termos ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta duas vezes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 40ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas e ilegais, conforme denúncia publicada pela revista *Veja*, edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 39ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de sua leitura.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Sr. Presidente, peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A Deputada Marina Maggessi solicita a dispensa da leitura.

Fica dispensada a leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs. Reinaldo Szydloski e Wendel Benevides Matos, ambos policiais rodoviários federais, e para a deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Reinaldo a tomar assento à mesa e solicito ao Sr. Wendel Benevides que aguarde ser chamado em outra sala desta CPI.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção aos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente na Secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações.

O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.



Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação de cujo teor faço a leitura: *“de que, sob a palavra de honra, faz a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado”*.

Antes de passar a palavra ao Sr. Reinaldo Szydloski, queria fazer uma comunicação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje o *Jornal do Brasil* traz, em sua coluna *Informe JB*, da lavra do jornalista Leandro Mazzini, a nota Linha Cruzada: *“O Deputado Marcelo Itagiba, (PMDB-RJ), presidente da CPI dos Grampos, que acabou de se mudar no Rio, ficou sem telefone alguns dias. Delegado da PF que é, investigou bem e descobriu, com a ajuda de um técnico, o aparelho instalado em outro imóvel”*.

Quero comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que a linha de telefone em meu nome, que deveria estar funcionando porque já estava instalada no meu apartamento, não estava mais ligada no meu apartamento. Ou seja, a minha linha continuava a dar linha, mas as chamadas feitas para a linha do meu apartamento não davam na minha casa. Ou seja, houve um desvio da minha linha telefônica para um outro local. Então, eu pedi a empresa que fizesse um relatório, que deverá ser apresentado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que nós possamos, então, a partir daí, verificar o que de fato aconteceu.

O técnico que lá compareceu — e eu supervisionei os seus trabalhos — disse que, como é um *duplex*, houve uma má manipulação por parte de algum servidor da empresa que fez com que a minha linha fosse parar em outro local.

Existe aquele ditado que diz *non creo en las brujas, pero que las hay, las hay*. Eu faço questão de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tome ciência de que poderia acontecer com qualquer um, mas é muito estranho que tenha acontecido justamente com o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no momento em que se investigam as escutas telefônicas. A empresa que lida com essa questão, no Rio, é a Oi/Telemar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, primeiro quero manifestar solidariedade a V.Exa. e indagar, diante da suspeita, qual a providência



que foi adotada por V.Exa. ou se há alguma providência que a Comissão poderia adotar. De fato, pedir, se foi adotada alguma providência, que a empresa responsável possa realmente nos apresentar...

Foi feita inspeção na linha, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu fiz uma inspeção *in loco* e foi constatado justamente que a minha linha estava direcionada para algum outro lugar. Ficaram de me apresentar um relatório...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas a inspeção *in loco* foi feita por V.Exa. ou V.Exa. a requereu a algum funcionário da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu requeri a um funcionário da empresa que viesse fazê-la e eu a acompanhei. Então, eu agradeço as manifestações a V.Exa. e gostaria de colocar o seguinte: acho que seria interessante que o diretor de operações da empresa fosse convocado — e peço a V.Exa. que faça essa convocação — e fosse solicitado também o relatório técnico da inspeção que foi feita nessa linha telefônica.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, superado esse primeiro incidente, essa comunicação que faço a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu passo a palavra ao Sr. Reinaldo Szydloski, por até 20 minutos, para fazer a sua manifestação. É um nome que deve ser de origem polonesa. Eu tenho um nome de origem russa também, acho que nem sempre as pessoas conseguem pronunciar de forma correta. Então, se não o fiz de forma correta, peço desculpas e um melhor esclarecimento por parte de V.Sa. da pronúncia utilizada no seu nome. E quero dizer a V.Sa. que esta CPI tem por objetivo apurar escutas ilegais, as escutas legais, feitas de forma inadequada ou sem a devida supervisão, bem como os equipamentos que fazem as gravações de interceptações telefônicas. V.Sa. está compromissado na forma da lei, eu sei que é policial rodoviário federal e não vai faltar com a verdade a esta Comissão.

Então, peço a V.Sa. que exponha quem é V.Sa., que atividade exerceu, qualquer esclarecimento necessário, depois responder as perguntas dos membros desta Comissão.

Seja bem-vindo.



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde, Sr. Relator, para mim é um privilégio, é uma honra poder comparecer a esta Comissão e trazer algumas informações e esclarecimentos que estiverem ao meu alcance. Esse é o meu propósito em tratar aqui com toda serenidade e clareza com relação àquilo que possa contribuir. Com relação à figura, e mais especificamente da qual e pela qual estou convocado, do então inspetor Reinaldo Szydloski, como policial rodoviário federal, dizer que, por 33 anos, exercemos a profissão de policial rodoviário federal e que, dos anos 2000 a 2003, fomos responsáveis pela Coordenação-Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, onde desenvolvemos uma série de atividades, damos um novo norte à instituição do ponto de vista da atividade específica relacionada às atribuições da Polícia Rodoviária Federal.

De pronto, eu me coloco à disposição para todos os questionamentos. Eu sei que, com isso, estarei inclusive facilitando o trabalho dos senhores.

Então, era essa a minha intervenção inicial que eu gostaria de manifestar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Sr. Reinaldo, o senhor trabalhou com escutas telefônicas?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Objetivamente. Eu creio que seria importante fazer um breve histórico com relação a essa questão de escutas telefônicas desenvolvidas por policiais rodoviários federais e eu abro aspas para esse aspecto. Em meados de dezembro de 2002, a partir de uma série de relatos e de informações trazidas dos mais variados Estados, das mais variadas superintendências. Eu não tenho específico, mas São Paulo, Rio, Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Mas trazidas de que forma? De denúncia anônima?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não. Relatos de inteligência, dando conta de algumas informações sérias a respeito. De posse desse material, nós fizemos um relatório e encaminhamos ao Ministério Público. A partir desse relatório, o Ministério Público, então, nos requisitou, a polícia, alguns policiais para que fossem colaboradores do Ministério Público no desenvolvimento de algumas investigações ligadas, vamos dizer, ao cotidiano da atividade policial, ligadas à rodovia, ao que passava pelas rodovias. Então, esse é um aspecto. A nossa ligação com escutas telefônicas se deu nesse aspecto, como colaboradores no sentido não



de depurar, mas, sim, de transcrever aquilo que era apanhado nas operadoras, a partir das escutas devidamente autorizadas pela Justiça. Então, esse era o nosso papel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Havia um inquérito policial?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não vou responder se havia um inquérito ou não. O que havia... Como lhe disse, inicialmente, houve um relatório para o Ministério Público. O Ministério Público solicitou, via judicial, essas escutas, que eu tenho conhecimento, e requisitou policiais rodoviários federais para executar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Não, eu já entendi isso, já entendi.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Então, agora essa questão técnica, se havia inquérito policial instaurado ou não, eu não saberia especificamente responder. O que nós prestávamos era informações daquilo que nos foi atribuído como responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - O que foi atribuído? É escutar o grampo e fazer a degravação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É receber o material que vinha das operadoras, a partir das autorizações judiciais, e fazer a degravação, a transcrição daquilo que era dito, e foi feito *ipsis litteris* tudo que foi apanhado e entregue ao procurador. Era feito um relatório daquilo que era produzido a partir daquilo que era constatado, que era coletado nessas escutas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Sei. E o senhor entregava isso ao procurador, ao Ministério Público? Um relatório seu assinado pelo senhor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato, exatamente, porque eu fiquei com a atribuição de coordenar esse grupo que foi específico, foi designado especificamente para executar essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Respeitando, então, a ordem — passarei depois a palavra a V.Exa. para continuar nos seus questionamentos —, passo a palavra ao Relator para as suas inquiries.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados e Deputados, Sr. Reinaldo Szydloski, primeiro, gostaria de fazer a V.Sa. os esclarecimentos que acho que nós temos feito a todos que têm prestado depoimento a esta Comissão. A Comissão vem trabalhando em 3 linhas. Uma é a identificação de como está acontecendo as escutas legais no Brasil, a outra é as escutas ilegais e o aparato tecnológico que está posto para fazer as escutas tanto legais quanto também as ilegais. Portanto, o objeto da Comissão é esse, o que nos interessa é isso aí, não só para apurar as condutas legais, como elas estão ocorrendo e o seu padrão, e até, no relatório final, apresentar sugestões para que essas condutas sejam cada vez mais precisas, respeitando o dispositivo constitucional. Nesse sentido, tem em torno de 9 projetos de lei tramitando nesta Casa que dispõe sobre essa matéria de interceptação de comunicações telefônicas, e o Governo, o Executivo encaminhou recentemente também uma proposta para a Câmara Federal. E também apurar condutas que não são condutas legais, mesmo com, eventualmente, fachadas legais. E do caso, por exemplo, rumoroso de 2 agentes da Polícia Civil de São Paulo que obtinham autorizações legais para interceptar e fizeram uso do conteúdo para extorquir membros do PCC. Então, esse é o objeto desta Comissão, e o que nos interessa aqui é nesse sentido.

A Comissão tem fixado alguns parâmetros que nós queremos inclusive, depois, possam ser repassados para a lei. O primeiro deles é de que as interceptações devam ser precedidas de inquéritos policiais. Inquérito é o instrumento da investigação ao teor da lei, quando a lei estabelece que só se dará interceptação se houver indício de fundada participação criminosa, se o crime for apenado com pena de reclusão e se não houver outro meio de prova, porque é uma invasão de privacidade não só do alvo, mas como também de todos aqueles que se comunicam com o alvo, inclusive daqueles que expõem a vida.

Então, chegou ao conhecimento, Sr. Reinaldo, desta Comissão, e causou uma certa preocupação, de que policiais rodoviários federais estariam participando de atividades de interceptação de comunicações telefônicas. O entendimento desta Comissão, ao teor da Lei 9.296, é de que a atividade de interceptação é restrita à chamada Polícia Judiciária, a Polícia Federal e a Polícia Civil, no caso. Que Polícia Militar, Polícia Rodoviária, por serem polícias ostensivas, não deveriam participar



dessas atividades. Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V.Sa. é justamente essa: se tem conhecimento de participação de policiais rodoviários federais em atividades de interceptação de comunicações telefônicas.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O que eu posso afirmar, de forma muito clara e precisa, é que no que eu tenho conhecimento foi justamente nesse período de 2002, final de 2002 a setembro de 2003, porque inclusive, em agosto de 2003, no curso dessa investigação, eu me aposentei, inclusive. E, ao me aposentar, fui sucedido, então, pelo inspetor Wendel, que vai prestar depoimento posterior. Mas o nosso trabalho ali foi justamente a partir desse relatório e requisição do Ministério Público para que nós executássemos essa tarefa de transcrição, de apanhado e produção de algumas provas de campo, obtenção de algumas provas de campo, algumas diligências de campo, no aspecto ligado todos eles sempre à rodovia federal, ligados com o trânsito de certa forma. Então, é isso que tem. Mas todas as nossas autorizações só eram possíveis se fossem judiciais, porque a nossa estrutura era muito precária, era como se tivéssemos um gravador que lá na telefônica, era um computador que servia de base de gravação, que estava lá na operadora que coletava essas informações. Depois nós íamos lá, apanhávamos esse trabalho e transcrevíamos. Esse foi o nosso papel. E isso era objeto de relatório e encaminhamento de toda a transcrição daquilo que era apanhado por essa estrutura existente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Reinaldo, qual é a competência legal da Coordenação-Geral de Operações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Ela é responsável por toda atividade operacional da instituição. A Coordenação-Geral de Operações nós consideramos na nossa instituição como a essência da própria instituição, porque ela é que comanda a atividade-fim, a atividade operacional a qual está destinada a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Há um setor de inteligência policial dentro da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Existe um setor de Coordenação de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, que é (*ininteligível*) auxiliar direta do Sr.



Diretor, mas que tem uma atividade de trabalho inteiramente ligada à atividade operacional.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa Coordenação de Inteligência Policial não está subordinada à Diretoria de Operações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Coordenação de Operações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não há essa subordinação direta. A subordinação direta é a Direção-Geral.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E por que o Ministério Público, ao invés de acionar, mesmo não sendo essa a missão da Polícia Rodoviária Federal, a Coordenação de Inteligência, que seria o segmento, seria a estrutura especializada nesse trabalho, acionou a Coordenação de Operações Especiais?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. O Ministério Público acionou o Departamento de Polícia Rodoviária Federal na figura do Sr. Diretor-Geral. E o Sr. Diretor-Geral nos incumbiu da missão em parceria com a Coordenação de Inteligência, com uma tarefa a mim incumbida da coordenação do trabalho. Por quê? Na estrutura da instituição, o Coordenador-Geral de Operações seria a segunda figura representativa do departamento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Abaixo do Diretor-Geral?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o Diretor-Geral designou V.Sa...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...para colaborar com o Ministério Público nessas investigações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato. Isso após solicitação do Sr. Ministro da Justiça, à época, que autorizou. Eu sei que houve todo trâmite burocrático.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O diretor era quem na época, Sr. Szydoski?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - No início dos trabalhos era o Gen. Álvaro Henrique Vianna de Moraes.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Gen. Álvaro Henrique era o Diretor-Geral?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na época sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, começou com a autorização dele? Essa operação começou com autorização do general...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A operação eu diria não. A colaboração com o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o Ministro da Justiça naquela época era quem? O Ministro Gregori ou não?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sinceramente, eu acho que não era Gregori.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu pergunto isso não é por questão de preciosidade, não, mas é porque há uma polêmica em relação à existência ou não de uma autorização expressa do Ministro da Justiça para essa atividade. V.Sa. viu alguma determinação expressa, escrita, do Ministro da Justiça para autorizar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal a participar dessa colaboração?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Existe. Existe isso expressamente. Isso foi documentado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por escrito?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Foi documentado. Eu lembro que, à época... Eu não disponho desses documentos, porque são oficiais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Exa. na época se recorda que viu uma autorização do Ministro da Justiça?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato, exatamente. Autorizativo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Autorizando expressamente a colaboração da Polícia Rodoviária Federal nesse trabalho de interceptação, de comunicação telefônica?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É porque ele não estava... Não só de interceptação, mas da atividade ligada a essa tarefa de investigar em relação à organização criminosa.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa autorização foi do Ministro... Me parece... Como a operação começou em dezembro de 2002,...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É por aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... teria sido no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Final do... Exato. Final do... Ela começou e depois foi confirmada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Exa. se recorda de ter visto uma determinação também expressa do Ministro Márcio Thomaz Bastos nesse sentido?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato. Confirmando isso. Nos foi encaminhado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por escrito?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o Ministro autorizou essa colaboração?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato, exato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E no que consistia essa colaboração?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na atividade do Ministério Público para o fim da investigação no processo que corria perante, no caso, a 10ª Vara.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas é o quê? A Coordenação de V.Sa... As interceptações foram todas autorizadas judicialmente?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Todas, todas. Não existe uma... E não havia possibilidade de outra forma, a não ser via operadoras.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o áudio foi desviado para onde?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nós não tínhamos desvio de áudio. O áudio era captado na própria operadora. Nós colocamos à disposição um equipamento e era nesse equipamento que era captada toda a conversa dos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que equipamento era esse, Dr. Reinaldo?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Era um computador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era um Guardião, um Sombra?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - (*Riso.*) Não. Não existia Sombra, Guardião. Qualquer outro. Era um computador normal, com um programa que possibilitava a gravação de voz naquele computador. Era isso. Era simples.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o trabalho dos policiais rodoviários federais consistia única e exclusivamente na degravação do conteúdo interceptado?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na degravação desses conteúdos. O outro aspecto relevante que a gente considerava era... Normalmente, era entre 7 a 8 dias posteriores que a gente ia lá, retirava, fazia a degravação disso. E na leitura desses relatórios, na degravação, na produção desses relatórios a gente analisava algumas questões e produzia alguns levantamentos, alguns documentos relacionados àquilo que era captado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa investigação não se referia à Operação Poeira no Asfalto?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ... desde que autorizasse...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Envolvia também a operação...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Uma outra coisa que eu tenha até percebido, se V.Exa. permitir, para clareza de todos. Eu vejo que muitas coisas são ditas até, vejo que estão sendo escritas sem a amplitude do conhecimento de como se deu o trabalho. Nesse relatório que foi encaminhado — o inicial — se levou uma série de fatos que estavam alguns, e eu digo a grande parte, relacionados inclusive com nosso próprio departamento. Algumas informações em que havia fortes indícios de participação de servidores nossos em desvios de conduta. Então, se deu esse trabalho. No curso dessas interceptações, dessa investigação, verificou-se um *link* com várias unidades, como já inicialmente alguns indícios as informações de inteligência nos remetiam. A partir de então, tem alguns trabalhos. E verificadas algumas circunstâncias, esse trabalho foi compartilhado, até porque se verificou que no curso da investigação se comunicou com outras investigações até em curso na própria Polícia Federal. Os procuradores estabeleceram esse *link* com esses outros procedimentos. Mas veja bem. Nosso papel não era esse. Eu não posso nem sequer



falar porque eu não tenho maior conhecimento disso, a não ser desses desmembramentos que houve na seqüência. Isso que deve ser dito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E por que não foi acionada a Polícia Federal para fazer esse tipo de trabalho, já que existia a presunção de envolvimento de policiais rodoviários?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu vou dizer assim... Aí me foge a minha condição até de saber, porque eu nunca questionei esse aspecto. A minha tarefa era simplesmente cumprir com aquilo que me foi determinado. Eu não questionei essa questão, até porque nós fomos autorizados a proceder, inclusive com essa determinação de cumprir esse papel, e isso foi feito. Essa atribuição foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Relator fez algumas perguntas, V.Sa. respondeu, mas na sua introdução V.Sa. não colocou devidamente... Vamos dizer, eu não consegui entender. Para mim, as coisas têm de ter início, meio e fim. Eu ainda não consegui entender, Sr. Relator, como isso começa. Quer dizer, que documento deu origem, quem determinou, se havia um contato que era administrado, por exemplo, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; se não havia intervenção do secretário, à época, na colocação da Polícia Rodoviária em conjunto com o Ministério Público para fazer essas ações. Então, eu preciso conhecer essa história do início, meio e fim.

E, se eu não me engano, o que eu estou colocando aqui tem procedência: que isso tudo nasce no gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, à época comandada pelo Sr. Luiz Eduardo Soares? É isso ou não?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não exatamente. O fato surgiu a partir de uma requisição do Ministério Público. O Gen. Álvaro Vianna Henrique de Moraes ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma requisição que dizia o quê? Uma requisição de quem para quem e dizendo o quê?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não saberia lhe responder assim com precisão, porque isso já faz alguns anos. Mas houve uma requisição do Ministério Público para uma audiência, e o Gen. Álvaro compareceu a essa audiência por uma série de outras razões, principalmente ligadas à reserva Roosevelt e o problema de



transporte irregular de madeira nas Regiões Norte e Nordeste, onde foram levantados... E o general, à época, se não me engano, levou alguns fatos ao conhecimento do Ministério Público. E, por conta disso, eu fui encarregado, então, de produzir esse relatório e noticiar uma série de informações que nos angustiam internamente, dando notícia ao Ministério Público. A partir de então é que surge esse fato em relação à investigação propriamente dita, ligada a essa organização criminosa, que era contrabando, combustíveis...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, esse relatório que nós vimos por aí não é apócrifo? Ele é subscrito por V.Sa., que deu origem aos pedidos de investigação do Ministério Público. É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não entendi, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É que apresentaram aqui um documento...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente, foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O procurador Schelb até citou esse documento que deu origem, ao que me parece, a esse processo de investigação. Que alguns entendiam ser um documento apócrifo e, pelo que eu estou entendendo, não era apócrifo. É um documento da lavra de V.Sa. É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Com toda clareza, eu digo aqui. Eu sei que a confusão estabelecida está em razão do processo no Rio de Janeiro, que não foi, em momento algum, remetido por mim. Mas acontece o seguinte: é um documento produzido para o Ministério Público, que deu subsídio ao Juízo da 10ª Vara, se não me engano, às autorizações posteriores. O documento que estava sem a minha assinatura estava no processo que foi desmembrado para o Rio de Janeiro. Mas eu creio que ele foi retirado de um arquivo eletrônico, ao invés de ser retirado dos autos. Então, no dia em que fui ouvido pela Justiça, no Rio de Janeiro, eu disse: *“Olha, eu não posso reconhecer e atestar esse documento sem que alguém faça o batimento desse documento com o documento por mim subscrito”*. Essa é a posição. Mas eu tenho consciência hoje e tenho conhecimento de que realmente o Juízo bateu esse documento e confirma-se que esse documento, embora não assinado, o que consta dos autos é o documento original. E digo mais...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de eu devolver a palavra para o Relator, deixe eu só fazer um corte no senhor, depois o senhor diga mais. A pergunta é a seguinte: o instrumento que deu..., o documento que deu base instrumental para que o Ministério Público requisitasse as interceptações telefônicas, que depois vieram a ser executadas pela própria Rodoviária Federal, na sua pessoa e de outros servidores, é o relatório produzido por V.Sa.? É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato. É um documento oficial, saído do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Por determinação do Sr. Diretor que eu encaminhei esse documento ao Ministério Público. Decorrente disso é que veio a solicitação do Ministério Público, pela colaboração, pelo grande conhecimento que já nós detínhamos em torno das informações e documentos produzidos. Então, em razão disso. Agora, vejam bem. No curso dessas investigações, eles tomaram vários desdobramentos. Especificamente com relação ao Rio de Janeiro, o procurador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não estamos cuidado do Rio, não.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, mas eu gostaria de clarear porque é importante. Com relação à questão do Rio de Janeiro, essa comunicação se deu do Ministério Público para a Polícia Federal, que tinha uma investigação outra que tinha conexão. Então, quem assumiu esse inquérito foi a Polícia Federal. A nossa participação foi praticamente irrisória nesse trabalho. Inclusive, foram cedidos, por determinação também do diretor para colaborar na investigação, porque tinha interesses diretos, porque tinham policiais envolvidos, colaborando com a Polícia Federal no trabalho. Ali, sim, foi instaurado inquérito e a Polícia Federal é que produziu toda a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas nos abstraindo do Rio de Janeiro, vamos sair do Rio de Janeiro e vamos para São Paulo, porque isso também resultou num trabalho que foi executado pelos senhores na cidade de São Paulo, com base nesse mesmo relatório. E os senhores fizeram interceptações lá, com autorização do Judiciário, por requisição do Ministério Público. É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente. Foram vários telefones interceptados e o trabalho também teve alcance no Estado de São Paulo. Tanto é que... Outro aspecto que cabe destacar é que também foi em razão da identificação



de uma conexão num outro processo, na 6ª Vara, onde o Dr. Fausto, se não me engano, era o juiz, foi encaminhado pelo Ministério Público, pelo que me consta, até em razão da operação. Foi quem assumiu esse desmembramento, diria assim, do inquérito na parte que nós já tínhamos “estartado” aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Reinaldo, voltando a minha pergunta anterior, que equipamento era esse utilizado pelo Departamento para fazer as interceptações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O equipamento é um computador. Um computador...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas um computador... Não é um computador comum. Ele tem que ter um *software* para poder fazer a gravação.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É um *software* desses muito simples, é que tinha condições... Eu não sei especificamente o nome, mas é desses hoje que qualquer equipamento tem condições de gravar voz, imagem...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por que a Polícia Rodoviária Federal tinha um equipamento dessa natureza,...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A Polícia Rodoviária Federal não tinha...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... se não era a missão dela?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Assim...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só uma pergunta. Esse equipamento era da Polícia Rodoviária Federal ou era do Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Esse equipamento... Tinha computadores... A grande maioria era *laptops*. E eram 2 ou 3 também só computadores, HD em mesa, e tão-somente. Eu não sei especificar quantos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Computadores para fim específico de serem utilizados em atividade de interceptação de comunicações telefônicas.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Inclusive, esses HDs, os originais que estavam instalados nas operadoras, foram remetidos ao Ministério Público — o Ministério Público ficou com esses equipamentos e remetidos a Justiça, tem os originais, tudo, a captação...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, Sr. Reinaldo, eu só quero saber o seguinte: a minha pergunta é específica. A aquisição de equipamentos dessa natureza é para fins específicos. Não é um computador, é uma máquina que tem um *software* para fazer interceptações de comunicações telefônicas. Quero saber se esse equipamento era da Polícia Rodoviária ou era do Ministério Público?

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O Guardião é um *software*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, claro.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Entendeu?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Nelson Pellegrino, me permite? Pelo que eu entendi da explicação....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Paulo Pimenta tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ele disse que a cada 7 ou 8 dias eles iam até a operadora e baixavam nesses *notebooks* as informações que a operadora tinha...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Coletado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Coletado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, Deputado o problema é o seguinte...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu entendi. Quer dizer, então eles usavam a operadora, digamos assim, e depois eles baixavam...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...para o *notebook*. Eu entendi, entendi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, a questão concreta é a seguinte, Deputado Paulo Pimenta: a operadora desvia o áudio ou para o local em que a ordem judicial determina, pode ser a dependência da Polícia Civil, ou da Polícia Federal, ou, o que era mais antigo, ela pode permitir que a interceptação ocorra no seu ambiente próprio. Mas as operadoras não dispõem de equipamento de gravação dessa natureza. Um equipamento que grava durante 7 dias é um equipamento especializado para isso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde que o senhor ia baixar isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na própria operadora...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na operadora?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É, eles iam lá na operadora.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Paulo Pimenta, esse equipamento é especializado para isso. É um computador. Então, o Sombra, o Guardião são *hardwares* e *softwares*. São computadores que têm um *software* de interceptação telefônica. Ele grava, o conteúdo fica gravado, todo o conteúdo das conversas é interceptado e depois você tem a capacidade de fazer o tratamento, de fazer a recuperação.

A pergunta concreta é a seguinte, Dr. Reinaldo, e aí V.Exa. responderá se tem condições de responder ou não: de quem era a propriedade desses equipamentos que estavam fazendo as interceptações de comunicações telefônicas?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A interceptação — é isso que tem que se deixar muito claro —, a interceptação com relação a esse aspecto era realizada na operadora. O que a operadora nos solicitou à época para que isso fosse possível? Que a gente levasse um HD de computador lá. Qual o programa que eles instalaram nesse HD, me desculpe, eu não saberia informar. Nós íamos toda semana lá, a cada 7 ou 8 dias, e lá era baixado para esse *laptop*, para um.... a captação desse áudio e depois os policiais que estavam à nossa disposição faziam a degravação, e nós entregávamos via relatório isso para o Ministério Público. Esses 3, acho.... Não sei se era 1, depois foi consolidado, como é que foi. Eu sei que esse HD, que eu sei que é um 1 da grande base, ele foi parar na Justiça, foi encaminhado para a Justiça para ser periciado, para análise e tal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse assunto é só para entender.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Então, eu não sei qual era o programa e qual era o *software*, se era...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esses HDs eram de propriedade da Polícia Rodoviária Federal?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Esse HD, esses computadores? Eu não lembro se eram exatamente da polícia, ou se era ... se tinha um da polícia, se era só do Ministério Público, mas os *laptops* eram tanto da polícia quanto do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Sa. está afirmando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal dispunha, naquela época, de equipamentos que poderiam ser utilizados para interceptações de comunicações telefônicas e também o Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Não era possível fazer, a Polícia Rodoviária Federal fazer qualquer tipo de interceptação, a não ser daquela maneira: ir lá e receber a transferência desse áudio, porque era um arquivo eletrônico.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso eu já entendi, Sr. Reinaldo. As interceptações de comunicações telefônicas consistem também nisso. Você intercepta o áudio, ele é desviado pela operadora, o áudio do alvo, objeto da autorização judicial, e você pode ouvi-lo ou você pode gravá-lo, e pode fazer as 2 coisas: ouvi-lo e gravá-lo. Mas para fazer isso você precisa de um equipamento. O equipamento é um computador. Mas o computador tem que ter um *software* para isso. Então, aí eu não estou entendendo bem, não há uma precisão no depoimento de V.Sa. V.Sa. afirma que o Departamento dispunha de *hardware*, no caso de HDs, portanto com capacidade de armazenamento, e V.Sa. teria declarado aí — é preciso que V.Sa., digamos assim, clarifique o seu depoimento — que foi disponibilizado para a operadora o *hardware* e que a operadora teria instalado o *software*. É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Porque... Exatamente... Se foi...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É isso que V.Sa. está afirmando ?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Se ela instalou ou não, eu sei que a forma como que nós recebíamos era assim. Foi assim, mas qual o programa que foi instalado para captação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Reinaldo, minha pergunta é precisa. V.Sa. afirmou que o Diretor-Geral da Polícia Federal confiou a V.Sa. a tarefa de fazer as interceptações a mando da Justiça, por requisição do Ministério Público Federal. Então, se V.Sa. era a pessoa encarregada dessa operação, V.Sa. tem que



ter conhecimento do conjunto dela, do efetivo disponibilizados para isso e dos instrumentos para isso. Então, V.Sa.... Eu, que não sou policial e não trabalho nessa área, já com alguns meses aqui de Comissão Parlamentar de Inquérito, hoje eu entendo perfeitamente como é que funciona um processo de interceptação de comunicações telefônicas. Então, sei exatamente como é que é o equipamento que é utilizado para isso. Então, permita-me, mas não existe essa possibilidade de chegar lá e entregar uma máquina, e a operadora vai lá e instala um *software*. A máquina foi entregue com capacidade para isso, essa máquina era da Polícia Rodoviária Federal e ela foi utilizada para fazer essa interceptação. É isso que eu quero saber, entendeu? Não existe essa possibilidade... Quer dizer, é uma possibilidade que não é comum em todos os depoimentos que foram aqui prestados até agora. Do que a Polícia Rodoviária dispunha na época era de um equipamento capaz de fazer interceptação de comunicações telefônicas, que é um computador com *software*. A complexidade desse *software*, a capacidade dele é outra discussão. Mas é um equipamento que se dispõe a esse tipo de atividade. É isso que quero que V.Sa. me afirme. Esse equipamento... E aí eu estou entendendo que V.Sa. está afirmando aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que tanto a Polícia Rodoviária quanto o Ministério Público dispunham de equipamento dessa natureza. É isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu volto a insistir. O que nós dispúnhamos era do computador comum, qualquer um na época podia dispor. Não tinha nenhum *software* especial. Não havia nenhum *software* especial. Chegava a requisição, nós levávamos essa requisição à operadora. A operadora é que viabilizava essa gravação, e nós íamos lá e coletávamos esse...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela desviava o alvo para a máquina. Essa é a verdade.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Agora, que máquina? Aí o que eu digo: que máquina, em que máquina foi desviado, isso eu não tinha acesso, nós não tínhamos esse acesso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem tinha acesso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A operadora, porque nós só...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não.



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...íamos lá e recebíamos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem foi que levou os equipamentos para a operadora?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Os equipamentos não, o HD, quando foi solicitado para que fosse transferido tudo aquilo que foi captado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem foi que levou para a operadora?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Fomos nós, fomos nós. Foram HDs simples.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. pessoalmente ou algum policial do DEPEN?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Foram... Nós éramos vários policiais. Eu lembro que foi determinado esse encaminhamento à operadora.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Policial Rodoviário Federal Wendel participou dessa operação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Inspetor Wendel me sucedeu na coordenação desse trabalho até a sua conclusão, a partir da data da minha aposentadoria.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, aí a Polícia Rodoviária disponibilizou o equipamento e as interceptações eram feitas e coletadas. Os policiais dessa operação faziam a degravação, mas faziam também o tratamento das informações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Desde que solicitadas... não solicitadas, determinadas pelo Ministério Público. Tudo era feito um relatório, eram feitas algumas considerações. Era transcrito *ipsis litteris*, feito um relatório em cima e algumas questões foram buscadas em campo. A constatação de endereço, a verificação de endereço. Não passou disso também. É bom que se frise isso, não teve nenhum...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não eu falo...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...nenhuma intervenção maior.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu falo, Sr. Reinaldo, em relação ao tratamento do conteúdo. Quando havia degravação os policiais



envolvidos produziam relatório sobre o conteúdo interceptado para o Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, os policiais não. Eu fazia um relatório simples, sintético dos fatos principais, destacando o Ministério Público. Só isso. Não tinha nenhuma consideração a mais a respeito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas era... Então havia um tratamento da informação e essa informação era encaminhada ao Ministério Público.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu pergunto também a V.Sa. se tem conhecimento de que naquela época, ou até a aposentadoria de V.Sa., se o Departamento de Polícia Rodoviária Federal dispunha de maletas de interceptações telefônicas?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Desconheço. No nosso período não existia isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No momento as interceptações foram.. V.Sa. sabe o que é uma maleta?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sei sim, sei muito bem do que se trata uma maleta. Mas no sentido do que é produzido...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse equipamento é utilizado de que forma?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu nunca tive acesso a uma. Sei pelas informações que são escritas, ditas em jornais, informes, isso sim...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então V.Sa. não tem conhecimento...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...mas tecnicamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ...de que o Departamento dispusesse desse tipo de equipamento?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse trabalho de inteligência requisitado pelo Ministério Público houve alguma operação em rodovias?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência, me desculpe, mas eu não entendi a pergunta.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se esse trabalho foi feito.... as interceptações foram feitas em rodovias, em pontos de rodovias?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, as interceptação, todas elas se deram nas operadoras. Nosso trabalho era ir lá buscar, degravar e entregar ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Havia acompanhamento *on line*?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E por que em Brasília as solicitações de interceptações, já que essas investigações referiam-se a São Paulo e Rio de Janeiro?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Como eu falei no início, com relação a esses aspecto do porquê da decisão do Ministério Público de encaminhar essas solicitações à Justiça Federal de Brasília, eu não poderia responder e não saberia nem justificar o porquê. Agora...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, nesse processo de investigação — V.Sa. acompanhou toda a apuração — havia indícios de participação de policiais rodoviários ou autoridades baseadas no Distrito Federal?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente. Exatamente. Existiam.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quais eram as suspeitas?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, agora, assim... Porque eram vários elementos que... quer dizer, vários policiais. Eu não... Confesso que até gostaria de ter lido esse relatório que eu produzi, e não tive acesso, em função até de uma situação que venho vivenciando, eu cheguei... Essa....

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia reuniões entre V.Sa. e os procuradores, membros do Ministério Público, para discutir as operações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não....

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ou a Polícia Rodoviária era uma mera cumpridora de determinações...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, o relatório que eu produzi, com certeza, não é esse.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... práticas?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Prova....

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, pode concluir.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É um relatório muito mais circunstanciado, de muito maior âmbito, é um... é um ofício comunicando fatos que constam, creio eu, que constam aqui da Câmara dos Deputados, porque foi objeto de solicitação, na época, da CPI da Pirataria, e eu creio que o juiz tenha encaminhado na íntegra esse processo e acho, creio que consta esse relatório.... esse relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento de que havia um procedimento duplicado na Justiça de São Paulo? Que os mesmos fatos que estavam sendo investigados aqui por determinação da Justiça de Brasília havia um procedimento semelhante correndo em paralelo em São Paulo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, desconheço. Desconhecia dessa informação... desconheço dessa informação. O que houve que no curso da investigação — e aí eu não posso responder por essa parte do Ministério Público — foi desmembrado a investigação na parte que envolvia em São Paulo, por uma... em razão de uma... parece que de um processo que fazia essa prevenção, justamente na 6ª Vara, onde o Juiz era o Dr. Fausto, se não me engano. Então, é por essa razão que teria sido desmembrado esse processo e encaminhado para São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A equipe de V.Sa., após essa investigação, ela ficou à disposição do Ministério Público para outras tarefas?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, eu me aposentei no curso desse trabalho e a...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. só participou dessa investigação em parceria com a Polícia Rodoviária, nesse caso específico?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Com o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, eu quero saber o seguinte: as atividades de interceptações de comunicações telefônicas de que V.Sa. participou foi especificamente só nessa operação ou em outras operações?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Somente nessa. Exatamente nessa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E V.Sa. tem conhecimento se de outras operações a Polícia Rodoviária teria participado?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A partir do momento em que eu fui para a inatividade na instituição, eu não me inteirei mais, não me envolvi nesse aspecto, não... Desconheço desse.... se existe trabalho. O que ouço é pela imprensa, o que se ouve é isso.... Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como coordenador de operações, a Coordenação de... a Corregedoria é subordinada a V.Sa. ou ao Diretor-Geral?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, é diretamente ao Sr. Diretor-Geral.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa investigação teria investigado 2 policiais... Dentre os vários investigados, 2 policiais rodoviários federais teriam sido investigados: um chamado Luiz Carlos Simões; e outro, Luiz Carlos Roque.

O que V.Sa tem a dizer sobre o que foi investigado em relação a esses 2 policiais?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, com relação a esses 2 policiais, objetivamente: no início das investigações, a partir do momento em que foi identificada essa... teve uma série de... Teve uma produção de alguns documentos, e que levavam à materialidade, diria assim, em relação a fatos que tinham sido apontados no relatório, quanto à ação dúbia desses profissionais. A partir do momento em que houve essa conexão com uma outra investigação de que eu fiquei sabendo — e aí o Ministério Público encaminhou para o Rio de Janeiro —, nós não tomamos conhecimento, assim, mais específico. A nossa participação foi muito mais, em relação a esse processo, foi o que construímos... construímos, não, o que nós levamos ao conhecimento, pelo relatório inicial. Eu desconheço como foi procedida a operação, como foram feitas as interceptações em relação ao Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Sa. não participou dos atos investigatórios?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Da investigação diretamente, não. No Rio de Janeiro, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, V.Sa. não se recorda da participação nem do Luiz Carlos Roque nem do Luiz Carlos Simões?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Eu tenho conhecimento de que eles eram citados, foram citados, nos primeiros relatórios de interceptação. A partir do momento em que o Ministério Público tomou conhecimento de que havia um outro procedimento instaurado pela Polícia Federal, com comunicação com os fatos que estavam sendo apurados... Pelo que eu tomei conhecimento, o Ministério Público fez esse encaminhamento, e houve esse desmembramento; e nós não cuidamos mais dessa parte. Desconhecemos como se deu todo o procedimento de investigação, embora tenham outros policiais colaborado lá, na participação, com a Polícia Federal, na investigação. Mas não sob a nossa supervisão, ou coisa assim; e, sim, da Polícia Federal. Então, como o processo estava protegido por segredo de Justiça, nós não tomamos conhecimento, em momento algum, a não ser daquilo que relatamos no início do procedimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. se recorda se algum policial chamado Erlan Simões foi objeto de investigação também?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não posso responder a essas questões...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Erlan ou Erly Simões.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não li o relatório, não acompanhei a investigação, não produzi documento no curso da investigação, a partir do momento em que esse processo foi desmembrado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, por ora, é o que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sr. Relator, eu vou passar a palavra aos próximos inscritos. Vou me reservar para falar ao final porque, na verdade, até agora, embora bem formuladas as suas perguntas, eu ainda não consegui entender onde isso começa, onde isso se encontra e ainda aonde isso vai nos levar.

A única coisa que eu já constatei até agora é o seguinte: que a Polícia Rodoviária, que tem a atribuição constitucional de patrulhar as rodovias deste País, usurpou função de outras Polícias para o exercício de um procedimento de investigação, seja por culpa, ou seja por dolo. Culpa, porque talvez levada a fazer



isso por parte do Ministério Público, pelas autoridades superiores; ou por dolo, quando isso nasce... tendo como origem a própria Polícia Rodoviária Federal.

E eu acho que é isso que, nesta Comissão, nós teremos de nos aprofundar, para verificar, para depois poder atribuir a cada um aquilo que é da sua responsabilidade.

Eu vou passar a palavra ao próximo inscrito...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria solicitar a V.Exa. que, após o depoimento do Reinaldo, ele aguardasse, porque eventualmente nós teremos de fazer uma acareação. Então, que ele não fosse dispensado, ao final do requerimento, que aguardasse. E, se assim decidir a Comissão, que possamos fazer uma acareação entre ele e o Wendel.

O que eu quero perguntar ao Reinaldo é: você foi aposentado em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A solicitação de V.Exa. já foi aceita.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em 2003.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você foi aposentado por tempo de serviço ou... Qual foi a razão?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Por tempo de serviço

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Trinta e três anos o tempo de serviço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na época em que você trabalhou na Polícia Rodoviária Federal, quem era o Superintendente?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nessa época, na época dos fatos...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na época dos fatos, o Diretor-Geral era o Dr. Hélio Cardoso Derenne.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele substituiu quem?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI – O General Álvaro Henrique Vianna de Moraes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na época do General Álvaro, já ocorria essa operação por parte da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Essa operação, como eu disse na inicial, ela se deu no final... em meados de dezembro de 2002.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a sua relação com o Dr. Guilherme?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Profissional, tão-somente profissional. É um trabalho... Eu o conheci num trabalho ligado a questões de transporte irregular de madeira na região de Mato Grosso — Roosevelt... Foi por essas questões que eu o conheci.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você conheceu ele fora de Brasília. *(Pausa.)* Conheceu ele fora de Brasília.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Justamente numa missão que a gente fez, de campo, com a atribuição da... representando o diretor...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi fora de Brasília.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Fora de Brasília.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que depois voltou a ter relação com ele aqui em Brasília?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A nossa relação com o Dr. Guilherme se deu a partir de um depoimento, depois, do General Álvaro, que foi solicitado a prestar no Ministério Público alguns esclarecimentos. E, a partir desse depoimento, o General Álvaro me solicitou que fizesse um relatório, em razão de alguns fatos, e isso foi feito. Encaminhado esse relatório, que foi a base todo esse... de algumas ações, de algumas intervenções, de algumas solicitações de quebra, é que passamos a ter esse trabalho mais próximo. E essa foi a relação. A relação foi profissional.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na CPI da Pirataria, qual foi a sua participação, a sua atividade? O que você sabe disso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A minha participação. Assim que eu me aposentei — isso foi em agosto —, no início de outubro, então, fui chamado aqui



pela Comissão, pelo Sr. Presidente, a colaborar com a CPI da Pirataria. E foi tão-somente... Muito mais... Tão-somente técnico...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você já estava aposentado.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sim!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em que condição você veio para a Comissão?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Como um CNE.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você foi contratado pela Comissão.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente. Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem te contratou?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Quem me chamou foi... Foi pela Presidência da Câmara na época, mas chamado pelo Presidente da CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o Presidente da CPI?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Deputado, então, na época, Deputado Medeiros.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E durante quanto tempo você ficou nesse cargo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, eu fiquei até o final da CPI. Inclusive, vim a colaborar também depois, como eu era contratado pela Presidência da Câmara, pela disposição administrativa que entenderam na época, vim a colaborar também na CPI do BANESTADO, por um período, e depois eu pedi o afastamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que, não sendo você da área judiciária, não sendo da área do Ministério Público, não sendo da área do Judiciário, era tão requisitado pelas CPIs?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, eu não saberia explicar, eu não tenho esse fundamento, a razão pela qual motivou as autoridades a me chamarem e a contratar. Mas de uma coisa eu tenho certeza: eu sou um profundo conhecedor da minha instituição; era um profundo conhecedor das questões ligadas ao transporte, na questão do trânsito. Deve estar ligado por aí.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que tem a ver a CPI do BANESTADO com trânsito, rodovia? O que tem que ver?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na questão da CPI do BANESTADO, aí eu não saberia justificar especificamente. Se é em razão da minha condição técnica — eu tenho formação também jurídica, sou advogado hoje —, se é pela minha condição de conhecimento. Não saberia justificar especificamente. Mas fui determinado, fui designado a colaborar por um período, muito curto, mas colaborei na CPI do BANESTADO.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, a única coisa que V.Sa. não entende, então, é de inteligência, né? Porque V.Sa. listou uma série de atributos que lhe são inerentes à atividade profissional, mas o senhor exerceu o cargo de inteligência e em nenhum momento o senhor disse que talvez estivesse na CPI pela sua capacidade de fazer um trabalho de inteligência.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, com certeza. Isso simplesmente foi uma questão de lapso, mas é pela... Eu trago intrínseco isso comigo, essa condição de conhecimento e inteligência; pelas informações sempre que eu busquei e que me chegavam ao conhecimento pela condição de coordenador-geral que fui da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem algum curso específico de inteligência?

SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu recebi alguns treinamentos, mas nada no campo institucional, dentro da instituição. Fui muito mais um estudioso da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não fez nenhum curso no SNI, na ABIN?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, nunca fiz nenhum curso no SNI, muito menos na ABIN.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que o senhor conhece de grampo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olhe, de grampo conheço muito pouco. E o que conheço de grampo...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que foi então responsabilizado ao dizer...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...o que se fala de grampo, Excelência, é a partir de informações que são publicadas, editadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a diferença entre a sua participação nas 2 CPIs anteriores e, agora, nesta CPI?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sinceramente, não entendi a sua pergunta. Mas a minha participação nas outras foi sempre como colaborador, e hoje aqui estou como depoente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a diferença entre aquelas e esta?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, particularmente, me sinto honrado, inclusive, em poder vir e prestar algumas informações e alguns esclarecimentos de um trabalho que foi executado. Objetivamente todos os processos em andamento na Justiça vieram a materializar, quase que na totalidade, tudo aquilo que apontamos de certa forma no nosso relatório inicial levado ao conhecimento do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que de positivo o seu trabalho deu para a CPI da Pirataria?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu creio que o objetivo do chamamento, principalmente na CPI da Pirataria, foi em função desse trabalho que foi executado envolvendo essas quadrilhas de contrabando, descaminho, falsificação, que nós constatamos no curso dessa investigação que culminou com várias operações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, na CPI do BANESTADO, qual foi a sua colaboração?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Foi muito... Eu diria assim, foi mínima, porque foram poucos dias, entendeu? E, a partir de então, eu agi e trabalhei tão-somente como técnico naquilo que me era atribuído para que fosse realizado em razão de algumas investigações que estavam sendo feitas, apreciação de alguns documentos. Foi simples, um trabalho simples.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O aparelho Guardião utilizado para essas operações era da Polícia Rodoviária Federal ou do Ministério Público?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em primeiro lugar, como eu já disse anteriormente, em resposta ao Sr. Relator, nós não dispúnhamos de Guardião nem de outro equipamento, a não ser os arquivos eletrônicos que recebíamos das operadoras. Era isso, em síntese, que nós dispúnhamos para poder trabalhar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem ia à operadora pedir para fazer o grampo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Esse era encaminhado por nós, ou por alguns dos homens da equipe que estava à disposição do Ministério Público, levado o ofício da Justiça para a operadora. A operadora fazia essa coleta de dados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem levava o ofício?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Os agentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agentes da própria PRF.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Ministério Público que tinha nós como seus auxiliares nessa tarefa, trazia o ofício, e nós...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vocês eram auxiliares do Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Na operação, especificamente, nós fomos requisitados pelo Ministério Público, exatamente, especificamente para esse trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Numa resposta ao Sr. Relator, o senhor referiu que alguns policiais aqui de Brasília teriam sido pegos no grampo e chamou essas pessoas de elementos. Por que os chamou de elementos?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Peço escusas se eu cometi essa gafe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu estou afirmando porque eu ouvi, eu estava aqui.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, mas eu estou lhe respondendo, Excelência, que, se eu chamei de elementos, foi um ato falho meu e peço escusas, porque esse não foi o meu objetivo. Eu tenho muito respeito com todos, sejam da instituição ou não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, me reservo oportunamente a esclarecer, porque o rapaz aí é bagre ensaboado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Quanto tempo durou o seu trabalho junto ao Ministério Público, em seu grupo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O relatório que eu encaminhei se deu em final de 2002.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O relatório não. Quanto tempo o senhor ficou interceptando?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Quanto tempo...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Interceptando, ouvindo grampo, esse negócio que o senhor fala que fazia. Ia lá, pegava, escutava. Quanto tempo? Um mês, 2 meses, 3 meses?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência, eu queria responder justamente nesse sentido. O trabalho todo, da minha participação nesse trabalho de diligência, investigações, se deu do final... O meu relatório inicial se deu no final de 2002, e eu vim a me aposentar em agosto de 2003. Então, esse foi o período todo. E toda e qualquer participação em escutas, como queiram chamar...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Seu relatório final foi feito em...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, meu primeiro relatório noticiando fatos ao Ministério Público foi em final de 2002. Em agosto de 2003, eu me aposentei.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas nesse período o senhor ficou fazendo esse trabalho, então, ouvindo.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Fazendo esse trabalho de coordenação. Havia mais policiais à disposição...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas se retratavam ao senhor.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente. Eu era o responsável por toda a atividade desses policiais.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Então, quem elaborou o relatório pedindo ao Ministério Público para ouvir foi o senhor.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Veja bem, eu não pedi ao Ministério Público para que tomasse qualquer medida, não. Eu comuniquei fatos, eu levei fatos ao



Ministério Público, eu levei elementos e indícios de que alguns delitos estavam ocorrendo.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E por que o senhor levou ao Ministério Público e não à Polícia Federal?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Como também já me referi no início, a partir de um chamamento do Ministério Público, por outra razão inicialmente...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Qual foi essa razão?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não saberia explicar. Sinceramente estou tentando até lembrar... ligado à questão de trânsito e também...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O Ministério Público chamou o senhor lá.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Chamou o nosso Diretor-Geral à época...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Ah, sim.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O General Álvaro Henrique Vianna de Moraes. E um dos fatos que eu lembro — eu sei que não foi só isso — era a questão do transporte irregular de madeira na região de Mato Grosso, Rondônia. Esse era um dos fatos. E, a partir disso, o General determinou...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Já me lembrei, o senhor já respondeu isso.

O seu trabalho, da sua equipe, era ouvir o que as pessoas conversavam e transcrever.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Como o senhor fazia para identificar as pessoas que estavam falando? Qual era o seu método para identificar? Porque o que me consta, me corrija se eu estiver errada, é que a maioria desses grampos foram colocados em postos da Polícia Rodoviária. Bom, no caso específico, aonde vou chegar, foi. Como o senhor conseguia saber se essa voz era do Dr. Itagiba, se essa voz era de Nelson Pellegrino, ou se era de um homônimo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olhe, o que eu posso responder em relação a isso é que os números interceptados até poderiam ser de alguns postos, foram de alguns postos, isso é fato; agora, com relação à identificação, era feita pela... não só



pelo aspecto de dedução, não, até pelo cruzamento das informações dos telefones pessoais das pessoas que foram interceptadas. Havia esse detalhe. Então, o trabalho de campo também cruzava alguns elementos com solicitações até nos autos. Isso consta tudo dos autos dos procedimentos judiciais, do cruzamento até da posição de cada um.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, mas nos autos o senhor não precisa descrever como é que o senhor faz para detectar que aquela voz é daquela pessoa. Porque o senhor faz um relatório e diz, por exemplo, que o policial rodoviário Luiz Carlos Simões está discutindo propina no telefone. Luiz Carlos Simões consegue provar que a voz não era dele. Não só consegue provar através da perita do Ministério Público que esteve aqui — ela fez a perícia dele de graça —, como apresenta o verdadeiro Simões. Porque ele se chama Luiz Carlos Simões e o verdadeiro era um agente chamado Eli Simões. Mesmo assim, isso foi desconsiderado, e o Simões foi condenado. Quer dizer, como o senhor, no primeiro momento, identificou aquela voz, que era de Eli Simões, como a voz de Luiz Carlos Simões?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O primeiro aspecto, da maior relevância, que eu tenho que registrar agora aqui: essa questão do Rio de Janeiro, esse telefone do Rio de Janeiro, a interceptação, os primeiros, vamos dizer assim, documentos produzidos e informes em relação... eles foram muito, eu diria assim, escassos, mínimos em relação a se chegar a qualquer conclusão. Mas havia um forte indício de que servidores de lá, e alguns deles, inclusive esses nomes citados, estariam envolvidos. Ponto.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Como é que existe forte indício no homônimo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, mas eu só gostaria de esclarecer um fato: aqui, na figura da Polícia Rodoviária Federal, quanto às interceptações relacionadas à Poeira no Asfalto, não pode responder por elas e jamais poderá afirmar qualquer coisa, porque a atividade de escuta se deu através do desmembramento daquelas informações que tinham conexão com o inquérito policial...



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Estou lhe fazendo uma pergunta específica.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...instaurado pela Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, quem escutou foi...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não foi a Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Foi.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Quem fez, coordenou as escutas em relação ao processo Poeira no Asfalto foi a Polícia Federal, presidido o inquérito pelo Dr. Cláudio Nogueira.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas, preste atenção. O senhor encaminhou o relatório que começou esse inquérito. Ali, já estavam identificados os 2, tanto o Roque, que foi outro absurdo, porque o Roque nunca chegou a falar no telefone. Alguém se refere a ele, dizendo que ele ia ganhar muito dinheiro porque tinha sido transferido para um posto melhor, lá, na Dutra. E aí, essa pessoa retruca: "*Não, ele não é disso*". Esse "*ele não é disso*" não aparece. Quando a prisão dele cai na primeira instância, vocês conseguem descobrir, através da Inteligência, um mandato de prisão contra o Luiz Carlos Roque. E um mandato de prisão por estupro da filha dele. E levam à juíza, e a juíza decreta a prisão dele. Ele nunca teve filha. O verdadeiro Luiz Carlos Roque é negro — e ele é branco. Isso... É inteligência o nome disso? Eu acho que isso é o absurdo dos absurdos. É como o Presidente perguntou: "*O senhor fez algum curso?*" Nem por correspondência o senhor fez curso de grampo, entendeu? Então, realmente é um escândalo a Polícia Rodoviária Federal estar fazendo grampo, principalmente com pessoas que não sabem fazer uma análise de uma conversa.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência, eu volto a frisar: o encaminhamento daquilo que eu digo que foi produzido de forma mínima em relação à questão do Rio de Janeiro, foi encaminhado, primeiro, pelo Ministério Público Federal. Não foi pela Polícia Rodoviária Federal e muito menos pelo aqui então, à época, Inspetor Reinaldo Szydoski. Não. O procedimento todo de intervenção de escuta, na operação Poeira no Asfalto, que envolveu Simões e Roque, é de responsabilidade da Polícia Federal.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não são. O senhor é testemunha de acusação dos 2.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu sou testemunha de acusação pela informação inicial que foi chegar ao processo...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E como é que o senhor conseguiu?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...chegou ao processo naquele relatório que deu origem a tudo isso.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Que o senhor assinou. Então, vamos tudo de novo. Como é que se chegou...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Jamais foi citado isso que a senhora trouxe à luz aqui, às claras.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O quê?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nesse relatório não constam esses elementos, essas informações com relação a estupro...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E por que, então, o senhor é que é uma das testemunhas de acusação contra ele?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em razão do relatório primeiro produzido...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Então me diga qual é o seu critério para fazer esse relatório. Como o senhor chegou no nome dele?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Pelos indícios ligados a problema de combustível. Nada a ver com relação a essas questões. Apontamentos, informes. É isso que nós damos conhecimento.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas eu quero saber de onde vem. Qual é a sua fonte? Que informes?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A fonte de Inteligência, do trabalho da Inteligência da Polícia Rodoviária Federal, e justamente do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Denúncia anônima e essas coisas, por exemplo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, levantamento de campo. Se a senhora for nos autos do inquérito, da Polícia... do Poder Judiciário, da Justiça Federal, a



senhora vai encontrar os elementos de forma farta, com relação à materialidade dos acusados.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, não é verdade. Então, o senhor tem como comprovar o envolvimento de Luiz Carlos Roque?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não tenho atribuição para isso...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - E por que você é testemunha de acusação contra ele? Você falou isso em juízo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência, não fizemos acusação. Levei elementos, indícios...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Você, em juízo, falou assim: *"Meritíssimo Juiz, eu não tenho condições de ser testemunha de acusação contra esse rapaz"*. Você falou isso lá?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não falei nesse aspecto, porque eu falei tão-somente por conta do relatório...

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Aqui, você está dizendo isso.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, Excelência.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Aqui você está dizendo que não tem (*ininteligível.*)

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - ...do relatório inicial produzido. É isso.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O senhor responde a algum inquérito por desvio de conduta?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Que eu tenha conhecimento, que eu tenha sido citado até hoje, não.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Que tramita na Justiça Federal de Niterói?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Até a data de hoje, não fui citado. E digo que, por diversas vezes, tenho sido acusado dessa pecha, mas até então não tenho sido citado.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não sabe de quem partiu a representação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, desconheço.



A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Consta na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, aqui, um apoio do PRF Newton Agripino pedindo proteção, pois o mesmo foi o responsável no Rio de Janeiro pela investigação da Operação Poeira no Asfalto. O senhor pediu apoio a Newton Agripino e se o mesmo participou do monitoramento sob o comando do Inspetor Reinaldo, do senhor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em primeiro lugar, é bom que se esclareça que eu não pedi solicitação de apoio nenhuma ao Newton Agripino; ele não fazia parte do grupo que fazia as investigações. Desconheço essa afirmativa.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Mas, você tem amizade com ele?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Conheço. Era profissional lá, trabalhou... Conheço o Sr. Newton Agripino. Não tenho nenhuma relação, a não ser como profissionais.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O.k. Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Simão Sessim está com a palavra. Eu queria fazer uma sugestão, se V.Exa. me permitisse. Talvez fosse interessante, para que nós ganhássemos tempo, ouvir o outro depoente e, aí, termos tempo para fazer uma acareação, se for necessária, se V.Exas. concordarem.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Exatamente o que eu ia lhe pedir, Sr. Presidente. Porque até agora nós estamos vendo que nada encaixa com nada. Então, eu acho que é importante. Eu concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Maluly.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, só uma colocação bem objetiva. Acato a sugestão de V.Exa., mas não posso deixar de colocar que nós percebemos que o Sr. Reinaldo é uma pessoa que tem uma inteligência acima da média. Pelo que entendi, o senhor disse que não era uma operação rotineira o grampo, é isso? É a primeira pergunta que eu faço. Não era rotina, na Polícia onde o senhor estava, a operação de grampo, é isso? É a primeira pergunta que eu faço. Não era uma operação rotineira?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Inclusive, do meu conhecimento na instituição, acho que foi a primeira vez que isso se realizou à época, justamente com essa solicitação do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Então, isso é importante para a pergunta seguinte que eu faço para o senhor.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Esse trabalho de apoio às escutas ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mesmo sendo uma coisa fora da rotina do trabalho, contra colegas, pelo que eu entendo, uma espécie de corregedoria, vamos dizer assim, V.Exa. não se lembra dos crimes de que essas pessoas estavam sendo acusadas, com clareza?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Primeiro, facilitação de contrabando, envolvimento com máfia de combustíveis — essas são as principais... Tinham outros elementos... por corrupção.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - E esses policiais, ficaram comprovadas as participações deles? Porque a Deputada disse o nome de outro. Como é que ficou isso, no final?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Com relação a esse aspecto, é o que eu disse: havia elementos e indícios que levaram a apontá-los como suspeitos. A partir do momento em que o Ministério Público constatou que havia um outro procedimento instalado no Rio de Janeiro, houve um desmembramento e encaminhou esse procedimento para o Rio de Janeiro. E quem assumiu esse inquérito, essa investigação, foi a Polícia Federal, sob a coordenação e sob a Presidência do Delegado, Dr. Cláudio Nogueira.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - A origem de todo esse trabalho foi um relatório confeccionado pelo senhor, é isso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Não ficou claro para mim, a Deputada colocou, como é que o senhor, no seu relatório... Isso, o senhor não sonhou que estava acontecendo, não é? O senhor deve ter algum indício; o senhor deve ter alguma...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Ouviu alguém ou houve denúncia? Como é que foi a origem primeira para se direcionar para essas pessoas? Segundo, que critérios foram utilizados para escolher determinados pontos para ser monitorados: esse posto e não aquele?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, com relação ao Rio de Janeiro, é o que eu digo, eu não entrei nessa fase do processo. Essa fase do processo já coube à Polícia Federal, e não à Polícia Rodoviária Federal...

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mas o relatório é do senhor...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. O relatório apontando os indícios de que havia ocorrência de algum desvio de conduta em relação a alguns policiais. E a base, uma das bases de informação, que não foi só de inteligência, foi uma operação realizada em 2001, no Estado do Rio de Janeiro, que eu também coordenei, onde arrecadamos uma série de elementos materializados de que a corrupção estava instalada em alguns pontos. E é isso que me serviu de subsídio para elaborar esse relatório que foi encaminhado para o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - No seu relatório, o senhor sugeriu algum ponto de grampo ou não?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não, não. Em momento algum, nós sugerimos alguma coisa. Nós comunicamos um fato, nós comunicamos fatos, a partir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Maluly, eu acho que tem uma coisa que é importante ele complementar. Me parece o seguinte: o senhor encaminhou aqui, por exemplo, o senhor foi ao Rio, constatou desvios em função de uma operação que foi praticada. A que Ministério Público o senhor encaminhou seu pedido de informação, ao do Rio de Janeiro ou o trouxe para Brasília?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Vários aspectos foram feitos comunicações ao Estado do Rio de Janeiro, até mesmo no próprio Estado do Rio de Janeiro, e ficou encarregado, o próprio superintendente à época, de tomar algumas providências, assim como nossa própria Corregedoria adotou algumas medidas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que o superintendente à época era... eu exercia esse cargo em 2001, se eu não me engano. Eu não me lembro desse relatório de V.Sa. não.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, mas eu falo da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Da Rodoviária Federal.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente. Exatamente. Esse é o aspecto. Com relação à questão dos subsídios, o relatório foi isso, foi encaminhando fatos, uma notícia de vários indícios de irregularidades. E para nossa surpresa é que veio se apresentar a solicitação posterior do Ministério Público para que colaborássemos nessa investigação. E é decorrente disso. E no tempo em que eu estive na instituição foi tudo que eu trabalhei ligado ao Ministério Público. Nunca tive participação em outras atividades com o Ministério Público, coisa dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui, Deputado Maluly. O senhor veio a reboque do Ministério Público ou o Ministério Público pediu o seu reboque nesta questão?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nós não andamos, em momento algum, a reboque do Ministério Público. Nós levamos os fatos e o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os senhores é que pediram o apoio do Ministério Público para que procedessem a essas investigações ou, em função das denúncias que os senhores fizeram, eles é que pediram que vocês fizessem a investigação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em função do encaminhamento da notícia dos fatos, o Ministério Público solicitou apoio à Polícia Rodoviária Federal para que aquele trabalho fosse executado.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, apenas para completar: quando o senhor concluiu essa operação que propiciou a produção de um relatório final, a origem dele nasceu de dentro da própria Polícia ou o Ministério Público já estava envolvido nisso?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, o Ministério Público desconhecia, creio eu que desconhecia a maioria dos fatos, senão todos. Nós levamos esses fatos após uma outra audiência que o nosso diretor teve e que o diretor injetou nessa



audiência, me incumbiu de fazer um relatório. E o que nós fizemos, encaminhamos ao Ministério Público. E, para a nossa surpresa, veio esse pedido de apoio do Ministério Público para que colaborássemos na investigação, para que déssemos resolução àquilo que estava sendo apontado. Esse foi o fato.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O diretor pediu ao senhor que elaborasse um relatório...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - ... o senhor elaborou e o senhor encaminhou para o diretor ou o senhor encaminhou direto para o Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A determinação foi que eu encaminhasse isso diretamente para o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Quer dizer que o seu relatório não passou pelo seu diretor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Com o conhecimento do diretor, sim, foi para o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só para lembrar, esteve aqui depondo o Dr. Guilherme Schelb, Procurador. E quando V.Sa. fala, Sr. Reinaldo, quando o senhor fala o Ministério Público, o senhor fala a instituição ou foi o Procurador Guilherme Schelb?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Esse fato foi direcionado ao Ministério Público porque quem convocou a...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, mas o Ministério Público foi encaminhado; o senhor tem um expediente que encaminhou o seu relatório a quem no Ministério Público, protocolou onde.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Ao Dr. Guilherme. Por isso que eu, eu, eu...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ah, então, o senhor entregou, o senhor entregou o material que o senhor tinha ao Dr. Guilherme, e não ao Ministério Público.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Foi dirigido.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A um Procurador do Ministério Público.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu digo o seguinte: porque o Dr. Guilherme...



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, não. Eu quero saber o seguinte: o senhor fez um relatório. O senhor tinha indícios de... E essa operação, segundo o Dr. Guilherme Schelb, foi cominada, foi recebido o elemento que o senhor deu a ele. Ele, Procurador, por livre e espontânea vontade, resolveu levar o assunto ao Ministro da Justiça, que pediu a ele que apurasse. E diz que teve a sua colaboração. É verdade?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu preciso pontuar algumas questões. Primeiro: esse relatório só foi produzido posteriormente a uma audiência que teve o nosso Diretor-Geral com o Dr. Guilherme. No retorno dessa audiência, o Diretor Geral me incumbiu da missão de produzir um relatório que ele tinha conhecimento de uma série de fatos, desses fatos que foram objeto no relatório, para que déssemos conhecimento ao Dr. Guilherme. Essa foi a razão por que foi direcionado esse relatório ao Dr. Guilherme, que houve essa outra audiência...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Por que ao Dr. Guilherme e não ao Ministério Público, protocolado como denúncia?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, sinceramente, eu não teria nem como especificar. Mas a razão...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O senhor é um homem que assessorou CPIs; o senhor é um homem que disse claramente aqui que é um jurista, e foi chamado ao BANESTADO por ser jurista. Ora, o senhor é um homem que aprendeu inteligência na Polícia Rodoviária Federal, quando eu nunca soube que a Polícia Rodoviária Federal tinha curso de inteligência. O senhor, então, diz que não sabe por que entregou a um Procurador e não ao Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, eu estou dizendo o contrário. Eu estou dizendo que eu encaminhei esse relatório ao Dr. Guilherme em razão de uma outra audiência que houve do nosso Diretor-Geral com o Dr. Guilherme e que no retorno dessa audiência o nosso Diretor-Geral nos incumbiu de encaminhar esse relatório dando conta desses outros fatos. Eu não sei se S.Exa. entendeu.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Só para esclarecer a cronologia, então: ficou claro, então, que, na verdade, o seu relatório só foi produzido depois que o seu superior se reuniu especificamente com esse promotor. É isso?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Ele foi chamado, o nosso Diretor Geral foi chamado para prestar esclarecimento sobre outros fatos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sobre outros.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sobre os fatos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Não tem nada a ver com o seu relatório? Outra coisa?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - No retorno, ele solicitou que fosse produzido esse relatório para que desse conhecimento ao Ministério Público desses outros fatos que ele teria apontado alguma questão nesse depoimento.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O Ministério Público entenda-se Doutor, esse Promotor.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É. Nesse aspecto aí. E por isso, essa foi a razão de ter sido dirigido especificamente ao Dr. Guilherme. Decorreu desse chamamento do Ministério Público, através do Dr. Guilherme, ao nosso Diretor-Geral. Então, não foi nada...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu me socorro com o Presidente, que é o meu guru, aqui: Presidente, como é que chega ao Ministério Público um relatório, uma apuração de alguma denúncia, como é que chega a um procurador ou, então, como é que chega ao Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pelo que eu entendi, Deputado Simão Sessim — nem posso fazer essa análise de procedimento —, eu acredito que qualquer coisa tem que ser encaminhada ao protocolo e depois a uma livre distribuição.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mais uma colocação nesse sentido: esse doutor, os fatos que o senhor disse que o seu. Diretor foi discutir com esse senhor e, depois do seu relatório, um outro fato; eram fatos na comarca, na jurisdição desse doutor? Ocorreram na jurisdição desse promotor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Aqui em Brasília. Exatamente aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Os fatos foram aqui em Brasília, não foram em Mato Grosso? Foram aqui?



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Eu não saberia especificar quais foram os fatos tratados nessa primeira audiência chamada pelo Dr. Guilherme com o nosso Diretor-Geral. Não saberia especificar. Eu não tenho essa lembrança. No segundo momento, que já eram elementos ligados a problemas dentro da instituição, ligados à questão de corrupção, de desvios de conduta, em que o Diretor me encarregou desse relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Jorginho Maluly, eu estou com a impressão de que, por essa rodovia, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É isso aí, sabe, Sr. Presidente. Eu acho que o senhor está certo no sentido de trazer o outro depoente e tentarmos alguma acareação, porque eu vi, pela primeira vez, o nosso Relator, que é exímio na função que está exercendo, e V.Exa. também, eu vi não chegarem para nós, trazendo para nós uma coisa conexa, uma coisa... Ficou muito perdido em tudo, porque, você disse muito bem, você não leu o relatório anterior. Mas o Dr. Guilherme esteve aqui, claramente, e deixou para nós a impressão de que foi uma operação montada por vocês, uma operação extra, pedida ao Ministro da Justiça, que não tem nada com isso. Quem determina é o inquérito policial. Quem determina a escuta é após o inquérito policial. Não havia delegado, não havia nada. Havia o procurador, o senhor e a Polícia Rodoviária.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado Simão Sessim, na verdade, o que o Dr. Guilherme sugeriu no seu depoimento é que foi montada uma parceria...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Uma parceria.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... entre o Ministério Público Federal e um segmento da Polícia Rodoviária Federal. Foi montada uma força tarefa que atuou na Operação Poeira no Asfalto, atuou na Operação *Hurricane* e, posteriormente, alguns desses policiais ficaram à disposição da Procuradoria da República para atuar em outras missões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou mais longe, Sr. Relator... eu vou mais longe. Eu diria a V.Exa. que estou depreendendo que toda essa operação Poeira no Asfalto, ou qualquer outra que tenha havido num



desdobramento, foi apenas um meio de justificar outras ações e outras escutas que foram feitas e que ainda não foram descortinadas. Parece-me que isso é apenas a ponta de um *iceberg* do que foi praticado por esses policiais rodoviários em conjunto com o Ministério Público. E eu não quero ter o desprazer de trazer essa prova e ter que, ao final, indiciar pessoas por terem faltado com a verdade aqui nesta Comissão. Então, eu espero que a gente possa chegar a bom termo...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Assim, Sr. Presidente, eu começo a entender a ponta do *iceberg*. E qual é? É a seguinte: havia gravações anteriores ao pedido de interceptação oficial. Porque ele teria que pedir. Teria que ter um inquérito policial. Como é que faz pedido de interceptação sem que haja um inquérito? Qual era o inquérito? Quem era o delegado que presidia esse inquérito?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, nós...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Era em Brasília, era em São Paulo, era em Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por que o senhor foi dispensado da CPI do BANESTADO. Quem o dispensou e por quê? O senhor sabe?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu pedi para o Deputado Medeiros... solicitei a dispensa e... foi assim...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não foi a CPI do BANESTADO, foi a CPI da Pirataria.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Mas sim... porque, como eu estava cedido...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Do BANESTADO era o Deputado Mentor, o Relator.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sim, sim, sim, exato. Mas, como eu fui trazido aqui para a Câmara pelo Deputado Medeiros, eu fui até, então, ao Deputado Medeiros e solicitei a dispensa da Câmara, porque o meu contrato era junto à Presidência. Com relação a... eu volto a fazer...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quero tirar uma dúvida, Sr. Reinaldo: o senhor também colaborou com a CPI do BANESTADO?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Mas isso foi por poucos dias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas em função de que...



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Da atividade de análise de documentos e tal...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas havia alguma conexão entre a atividade de policial rodoviário e um assunto específico da questão do sistema financeiro?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não, não. Sim, só como profissional com conhecimento, né.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas na área financeira?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Técnica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Profissional de inteligência ou jurista?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Tanto de inteligência quanto jurista.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Consultor jurídico?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não como consultor, e sim como analista, técnico na questão jurídica...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na área financeira?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Também. Mas é muito mais de análise de dados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Além da área financeira, de que tipo de dados V.Sa. tratou, analisou?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Olha, foram tantas questões: análise de relatórios, análise de documentos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Documentos referentes a movimentações financeiras?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, nem todos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque o que a CPI do BANESTADO tratou, especificamente, foi sobre uma operação que ocorreu no BANESTADO e toda uma repercussão, do ponto de vista de remessas de recursos. Então, era tudo na área financeira.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Tanto é que eu não me senti muito confortável na situação porque eu entendi que estava entrando numa Comissão



onde já havia avançado por muito tempo e já estava no seu curso final, e eu pedi o afastamento. Não quis ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor trabalhou com interceptação telefônica durante o período da pirataria?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não. A única coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou quebra de sigilo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Jamais. A única coisa que nós fizemos aqui foi a partir de solicitações de dados pela CPI aos órgãos que detinham informações, como a própria Justiça Federal, a Polícia Civil do Estado de São Paulo e tal. E nós fizemos alguns tratamentos no sentido de apurar fatos mais importantes e produzir alguns relatórios sintéticos para que os Deputados pudessem elaborar as suas questões.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse período V.Sa. já estava aposentado?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Já não era mais policial rodoviário?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir que V.Exa. ... que V.Sa. aguarde em outro ambiente desta CPI...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quantos dias? Eu queria saber exatamente quantos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu não... sinceramente, com precisão, eu não...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não foi mais que... eu acho, entre 30 a 60 dias, no máximo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - O senhor produziu algum relatório nesse período?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, eu fui só mais colaborador para análise de documentos e levava apontamentos aos técnicos que gerenciavam.



O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Obrigado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Fazia análise, mas não fazia relatório ou assinava?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não. Eu fazia análise, identificação de dados...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Se nós requisitarmos os autos para o nosso querido Mentor, que foi o Relator, vai constar seu nome em alguma coisa lá?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não creio. Provavelmente, lá não vai encontrar, porque a minha produção era simplesmente de verificar muitos documentos, analisar, bater e levar aos técnicos que estavam coordenando, fechando...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sem assinar?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sem assinar, porque eram documentos físicos, não tinha... Eu não construí...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas consta o senhor em alguma ata na equipe que faz parte da CPI, como funcionário, como requisitado?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não sei. Não saberia lhe especificar isso, se houve relatório nesse sentido ou não, se consta de algum relatório específico.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - V.Sa não era fantasma lá?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não, trabalhava todo dia.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Alguém requisitou.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A mim me passaram, como eu era funcionário da Presidência, a incumbência de que me apresentasse para o coordenador lá. E lá eu prestei....

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidência?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Da Câmara.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Da Câmara?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A Presidência te encaminhou por ofício? Ninguém trabalha numa CPI sem estar vinculado a ela...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Sim, foi encaminhado. Foi encaminhado, sim. À época eu estava subordinado à CPI da Pirataria, e solicitaram que eu me



apresentasse ao servidor lá, que era o Lessa, se não me engano, que era o coordenador, e lá colaborei com um trabalho técnico.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É estanho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inspetor Reinaldo, essas denúncias que corriam sobre atos de corrupção, de desvio de conduta, foram de que época? Ocorreram mais ou menos em que período?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Anteriores a... entre 2000 e 2002, dentro desse período.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem tinha essas denúncias era o Diretor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Diretor tinha conhecimento dessas denúncias, mas elas chegaram até meu conhecimento porque eu era o responsável, era o Coordenador-Geral de Operações. Então, normalmente, aquele que detém a responsabilidade pela atividade operacional recebe informações, inclusive produzidas pela própria inteligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas aí o senhor, no caso, foi e conversou com o Diretor? Quem era o Diretor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Era o Álvaro Henrique Vianna de Moraes, General Álvaro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse recebeu essas informações que alguém mandou, que ele sabia, e também das que o senhor passou também. E aí ele determinou que o senhor fizesse o relatório?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exato. Em função daquela audiência prévia, por requisição do Ministério Público, através do Dr. Schelb, houve... Então, em razão disso...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Dr. Schelb chega aqui e diz que... ou seja...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Foi ele que montou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que montou e pediu para vocês. Aí o seguinte, só um fato que chama a atenção: no momento em que o senhor tem um



relatório, esse relatório que foi solicitado pelo Diretor e que à época ele pede para que o senhor encaminhe; o relatório, para ser encaminhado, tem que ter o despacho da autoridade maior, que era, naquela época... Ele disse: *"Pode mandar."* Eu acho que aí houve, data vênia, houve... Ele disse: *"Se tiver algum problema, Reinaldo que se vire."* Não, eu digo *"que se vire"* no seguinte sentido: porque o Diretor não despachou. Porque ele é quem deveria ter encaminhado, e não o senhor. Ele deveria ter encaminhado porque é o Diretor. E o relatório deveria ter sido repassado para ele para que ele encaminhasse à autoridade que solicitara, que era o Dr. Guilherme. Mas não. Quer dizer, ele disse: *"Você manda direto para ele aqui"*. Então, acho que nesse aspecto é que agora jogam dizendo: *"Não, fomos nós que pedimos, e esses policiais trabalharam para nós"*. Ou seja, quando a pergunta feita foi *"se estavam a reboque"*, foi no sentido de que o Dr. Guilherme é que disse que foi ele quem solicitou para fazer isso aqui. Por outra vez, tem a informação de que foi o Diretor da época que solicitou, a partir das denúncias que tinha e das denúncias que o senhor também recebera como responsável pelo setor, e a partir daí houve uma determinação do Diretor para que se cumprisse a diligência, no sentido de fazer um relatório. Então, alguma coisa tem aí nesse caminho. Quer dizer, o caminho que deveria ser o retorno para a autoridade maior que determinou, para que ela pudesse encaminhar à autoridade que solicitava essas informações.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Excelência, eu gostaria de novamente pontuar um aspecto de forma bem sintética.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Então, houve essa solicitação por parte do Ministério Público, através da figura do Dr. Guilherme, para essa audiência com o nosso Diretor-Geral. Após essa audiência, o nosso Diretor-Geral solicitou que elaborássemos, então, esse relatório e o encaminhássemos. Não sei especificamente se foi decorrente dessa audiência. E isso foi feito, foi encaminhado. Feito o encaminhamento, recebido pelo Dr. Guilherme, dias após ele solicitou, então, um apoio. Aí, sim: *"Solicito o apoio da Polícia Rodoviária Federal para a execução da investigação relacionada àqueles fatos que nós damos conhecimento, de forma mais consistente e concreta, em relação aos fatos já discutidos"*. E a partir de então, aí, sim, sob atribuição do nosso Diretor para que eu coordenasse o trabalho de



apoio ao Ministério Público, formou-se efetivamente uma parceria com o Ministério Público, no sentido de apoiá-lo na execução das investigações como havia necessidade, por requisição do Ministério Público. Entendeu? Então, nesse aspecto, é claro. Então, a Polícia Rodoviária Federal foi chamada a essa atribuição pelo Ministério Público. E ela desempenhou desta forma.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Insisto: pelo Ministério Público ou pelo Dr. Guilherme Schelb?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, eu creio que...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A Polícia Rodoviária Federal não tem atribuição da Polícia Judiciária.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Bom.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Tinha que chamar a Polícia Federal.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, eu, eu...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Ministério Público erraria tanto assim?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu, eu... A única resposta nesse aspecto que eu posso dar, porque não posso entrar no mérito da questão, porque não me está afeta diretamente. Há poderes do Ministério Público de requisitar servidores para este tipo de atividade de colaboração com o Ministério Público, e isso foi reconhecido pelo nosso órgão. E, por essa razão, passou-se a prestar essa colaboração com o Ministério Público. E foi ratificado esse apoio pelo Ministro da Justiça, mais tarde, Ministro Márcio Thomaz Bastos. Isso no início do processo — não é?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Ministro Márcio Thomaz Bastos autorizou...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Autorizou.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... a operação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O apoio ao Ministério Público para que continuasse a missão na investigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inspetor Reinaldo, pelo que transparece, alguém tinha informações conseguidas a partir de processo clandestino. E agora, quer dizer, para regularizar aquela situação, então solicita da Polícia Rodoviária



Federal — não é? —, de sua inteligência, para que faça um relatório. Porque, pela informação, o Dr. Guilherme já tinha essas informações. Se ele pede para o Diretor, é porque ele já tinha informações. Como é que ele vai...? Ou seja, não havia uma decisão judicial, não havia o inquérito instaurado, não é? Não havia o inquérito. Não tinha um delegado à frente. A autoridade Judiciária não tinha determinado para que se fizesse essa diligência. Ou seja: quem pediu... quem pediu? Foi Guilherme que pediu ao Diretor, e o diretor pediu para o senhor, ou o Guilherme fez diretamente para o senhor?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Essa é um pergunta que eu não posso responder, porque eu fui incumbido de produzir esse relatório. Porque o assunto objeto da audiência, na qual o nosso diretor foi chamado, foi decorrente, foi já por decorrência de outros indícios de ilícitos praticados na questão Mato Grosso do Sul e relacionado à questão dos madeireiros e desvio de conduta de policiais, assim como em Rondônia, etc. Então, eu creio que foi, na minha visão, na minha época, o que entendi do Diretor, foi uma complementação de informações que ele já tinha prestado como depoimento ao Ministério Público. Então, por essa razão que nos dirigimos esse ofício direto ao Ministério Público. Agora, a partir de então, que noticiado, que ele teve conhecimento, é que vieram todas as autorizações. Nós não conhecíamos 0,01% dos fatos que vieram à tona, a partir do que houve e foi constatado a partir das interceptações autorizados pela Justiça. Um, um, um...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, um exemplo: o Diretor à época, chegou para o senhor e disse: *“Olha, eu tenho aqui uma série de denúncias, de informações sobre desvio de conduta, sobre corrupção. Eu quero que você, que é o responsável pelo órgão da Polícia Federal, de inteligência, que faça um trabalho para apurar essa situação trazendo novos elementos”*. E aí o senhor fez isso e produziu um relatório... produziu um relatório. Então, o que fica correto é que o Diretor solicitou. Quer dizer, quem determinou para que o senhor fizesse foi o Diretor da Polícia Rodoviária Federal. Ele solicitou a quem era responsável pela inteligência para fazer essa diligência toda. No momento em que esse relatório deveria ser devolvido ao Diretor para que ele pudesse chegar à autoridade que teria solicitado dele informações, ele chega e diz: *“Não, manda direto para o Promotor, para o Dr. Guilherme”*. Eu acho que aí houve — não é? — um desvio, não de conduta, mas um



desvio de procedimento, pois deveria, no caso, ser para o diretor, e o diretor encaminhava com despacho ao Dr. Guilherme, no sentido de que foi solicitado... Eu pergunto: o senhor recebeu algum documento por escrito, em caráter reservado, do Diretor solicitando que o senhor fizesse esses procedimentos?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Eu sei que foram vários documentos produzidos à época. Agora, especificamente, citar se foi reservado ou não, ou a que título foi, eu não saberia. E isso ficou no Departamento. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou suspender a reunião por 15 minutos para que nós possamos exercer a nossa obrigação na outra sala. E, em seguida, nós ouviremos a outra testemunha. Peço ao depoente que aguarde para que, se houver necessidade de acareação, nós possamos fazê-lo. Então, estão suspensos por 15 minutos os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou reabrir a reunião. Antes de ouvirmos os depoimentos, eu peço ao Deputado Simão Sessim que preste atenção aos requerimentos que nós iremos votar.

Havendo número regimental, eu os colocarei em votação um a um. *(Pausa.)*

Item 1 da pauta. Requerimento nº 92, de 2008, do Sr. Nelson Pellegrino, *“que requer seja convocado para depor nesta Comissão o Sr. Wilson Alfredo Perpétuo, Delegado de Polícia Federal, em data a ser agendada.”*

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da pauta. Requerimento nº 93, de 2008, do Sr. Nelson Pellegrino, *“que requer seja convocada para prestar informações e esclarecimentos, nesta Comissão, a Dra. Cláudia Mantovani, Juíza da Primeira Vara Federal de Guarulhos, no Estado de São Paulo, em data a ser agendada.”*

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.



Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica prejudicado o Item 3 da pauta, que é um requerimento da minha autoria, que seria para ouvir a mesma Dra. Cláudia. Então, peço que o mesmo seja retirado, haja vista estar prejudicado, porque já votado o requerimento no mesmo sentido do Deputado Nelson Pellegrino.

Item 4 da pauta. Requerimento nº 94, de 2008, do Sr. Pompeo de Mattos, *“que requer a oitiva do Sr. Francisco Luís Scórcio Lima, a fim de prestar esclarecimento a esta Comissão”*.

Em discussão.

O Deputado não está, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É. O Deputado Pompeo não está.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom. Eu não tenho nada a opor ao requerimento, mas eu precisava saber do Deputado Pompeo de Mattos qual seria a justificativa para a apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu, então, tendo em vista a manifestação do Relator, vou retirar os Itens 4 e 5 da pauta, em face da ausência do autor do requerimento, para que S.Exa. possa aqui justificar o seu pedido e para que esta Comissão, então, possa deliberar. Então, eu retiro *ex officio* o Item 4 e o Item 5 da pauta, até que, na presença do Deputado Pompeo de Mattos, nós possamos votar o requerimento.

Então, está encerrada...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não tem mais nenhum, não é Sr. Presidente? Encerramos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Está encerrada a parte da deliberação de requerimentos.

Vamos voltar às oitivas.

Solicito que introduzam à sala o Sr. Wendel Benevides Matos, policial rodoviário federal. *(Pausa prolongada.)*



Peço ao Sr. Wendel que tome assento. V.Sa. terá 20 minutos para discorrer sobre as suas atividades na Polícia Rodoviária Federal para, em seguida, ser inquirido pelos membros desta Comissão.

Informo que V.Sa. foi compromissado, na forma da lei, de dizer sob palavra de honra e promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

Trata-se de requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Acho que V.Sa. tem conhecimento, tem ciência do que esta CPI investiga. Trata-se dos grampos chamados legais, feitos de forma indevida; sejam os grampos ilegais propriamente ditos; sejam os equipamentos de escuta utilizados no País e quem os controla e quem os produz.

Então, V.Sa. tem vasta experiência na área e pode muito esclarecer esta CPI para que ela possa avançar naquilo que é a sua obrigação: fazer a radiografia da interceptação no Brasil e poder melhorar, aperfeiçoar o aparelho legislativo nesse sentido.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Relator para fazer as suas indagações.

Não! Perdão. Passo a palavra a V.Sa. para que, num prazo de até 20 minutos, faça o seu pronunciamento inicial.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exmo. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado, é uma honra estar aqui presente a esta Comissão; é uma honra poder, de alguma forma, ajudá-la a cumprir o seu mister, chegando a seu objetivo. Espero poder ajudá-la efetivamente. Sou policial rodoviário federal, agente especial de nível 4, lotado hoje na 21ª Superintendência, em Rondônia, no Núcleo de Apoio Técnico do Gabinete do Superintendente. Como o Exmo. Sr. Presidente informou, efetivamente tenho ciência dos objetivos da Comissão e certamente sei por que estou aqui — não é? Trata-se, na verdade, de um ofício encaminhado pela Coordenação-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal, em dezembro de 2002, encaminhado ao Ministério Público Federal, narrando diversos fatos, muitos deles que seriam fatos criminosos, perpetrados por diversas pessoas — pessoas em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Brasília, nesses Estados. O Sr. Procurador da República, na época... o subscritor desse documento, o Inspetor Reinaldo Szydloski, Coordenador-Geral de Operações. Esse ofício foi despachado pelo Procurador da



Republica, Dr. Guilherme Schelb, e se transformou em um procedimento judicial. Nessa época, Excelência, eu, em dezembro de 2002, não era parte integrante da Coordenação-Geral de Operações. Eu era chefe de uma divisão do Departamento aqui em Brasília, Divisão de Correição e Disciplina, e Corregedor-Geral Substituto do DPRF. Dessa... Desse documento, o Dr. Guilherme Schelb encaminhou um pedido ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, que autorizou que ele utilizasse policiais rodoviários federais para o prosseguimento da investigação. O Juiz concordou — o Dr. Clóvis, da 10ª Vara Federal —, e os policiais foram colocados à disposição do Ministério Público Federal. A investigação teve início. Eu somente vim a participar dessa investigação em maio de 2003. Ela já tinha cerca de 5, quase 6 meses de iniciada, quando me foi chegado, me foi apresentado um documento do Sr. Ministro da Justiça, um ofício, na verdade, do Dr. Guilherme Schelb, com um despacho do Sr. Ministro me colocando à disposição do Ministério Público Federal. A partir desse momento, eu passo a integrar a equipe de investigação, dessa investigação especificamente, e a trabalhar junto ao Ministério Público Federal. E eu me desvinculo das minhas atribuições no Departamento para o desempenho dessa missão. O trabalho transcorreu normalmente, as investigações eram feitas, investigações produziam resultados, muitos documentos, interceptações telefônicas. Todos esses documentos eram solicitados pelo Procurador da República. As providências eram solicitadas pelo Procurador da República ao Juiz, que negava ou aprovava. De modo que, em agosto de 2003, o Inspetor Reinaldo Szydloski se aposentou, e eu fui alçado à condição de coordenador da equipe de policiais rodoviários federais, função que era do Inspetor Reinaldo Szydloski. A minha função, até então...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Coordenação do quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dessa equipe de policiais rodoviários federais. O trabalho era conduzido pelo Ministério Público Federal, Dr. Guilherme Schelb, e havia um representante, uma pessoa que recebia as ordens para cumpri-las. Essa pessoa era o Inspetor Reinaldo Szydloski. Ele se aposentou, eu recebi essa missão: a coordenação de pessoal, pedido de diárias, passagens aéreas, veículos, essa parte material era feita por mim, e cumpria as determinações do



Exmo. Procurador da República, a partir de agosto de 2003, mais ou menos. Acho que isso. Não tenho bem certeza, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Olha, quero dizer uma coisa a V.Sa.: quero parabenizá-lo pelo concatenamento lógico que V.Sa. fez dos eventos dos quais o senhor participou. Quer me parecer, e espero não me enganar — e acho que não vou me enganar — que V.Sa. honrará o compromisso de dizer a verdade e não criará subterfúgios, até porque, pelo que eu vejo, V.Sa. foi um instrumento de uma engrenagem que se estabeleceu. Então, eu espero que V.Sa. possa continuar com esse raciocínio cartesiano, lógico, e nos expor por inteiro o que se passou nessa investigação. Para isso, eu vou passar inicialmente a palavra ao Relator, em seguida aos demais inscritos. Vou me reservar ao final para fazer uns questionamentos a V.Sa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Wendel Matos, Policial Rodoviário Federal, primeiro quero fazer minhas as palavras do Deputado Marcelo Itagiba, pela exposição inicial de V.Sa. Nós sentimos aí a intenção de colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito e de trazer a elas as informações que são relevantes e de interesse da Comissão.

Só quero apenas precisar alguns fatos dos eventos narrados por V.Sa. Primeiro, esse processo todo começa com um ofício — e V.Sa. pode me corrigir, se eu estiver errado. Pelo que eu entendi, todo esse processo começa com um ofício do Inspetor de Polícia Rodoviária, o Sr. Reinaldo Szydloski. Tudo isso começa com um ofício dele narrando fatos de envolvimento, de possível envolvimento de policiais ou outras pessoas, num envolvimento criminoso. Seria isso? (*Pausa.*) Esse ofício ele encaminhou a quem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele encaminhou ao Ministério Público Federal. Eu não estava na época. Como eu falei, eu só vim a fazer parte da Comissão em maio. Mas não me lembro a quem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, tudo começou com esse ofício do Inspetor Reinaldo Szydloski?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com esse ofício. Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que era o Coordenador de Operações na época?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, esse ofício foi encaminhado, então, ao Ministério Público. Ele foi encaminhado à instituição ou especificamente a algum procurador?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade eu não me recordo, excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. era o Coordenador de Disciplina.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto era uma espécie de chefe da Corregedoria da Polícia.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Havia um chefe, né? Eu seria um subchefe.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Subchefe, né?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exato.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. entrou nessa operação em maio de 2003.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na Operação Poeira no Asfalto, ou já na Hurricane, ou em ambas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. A operação que eu integrei era a operação denominada... Era uma operação que visava à apuração de fatos relacionados à atividade de Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, em São Paulo; de Ari Natalino, em São Paulo e no Rio de Janeiro; de policiais rodoviários federais no Rio de Janeiro; de policiais civis em São Paulo e de poli... e que chegariam a Brasília, policiais que estariam em Brasília. Foi essa a operação. Era a do Lobão e a do Ari Natalino. Nem a Hurricane nem... Qual foi a outra que o senhor falou? *(Pausa.)* Poeira no Asfalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se o Relator me permitir, eu estou confiando muito no seu depoimento, mas eu não senti, e eu acho que nem o senhor sentiu firmeza em criar um nexos causal com policiais de Brasília. Eu vi que,



quando o senhor afirmou Rio e São Paulo, o senhor falou com convicção; quando o senhor falou Brasília, o senhor falou sem muita convicção.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É. Ele usou a expressão “chegaria”, né? No caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu peço a V.Sa. que reflita bem no que está respondendo, porque é muito importante para esta Comissão a apuração desses fatos, e eles não dizem respeito necessariamente à atuação da Polícia Rodoviária Federal, que pode ter sido induzida a erro ou a equívocos por instâncias superiores.

Então, o senhor tem certeza que envolvia policiais lotados no Distrito Federal? E, se o senhor tem certeza, que policiais eram esses e quais as atividades ilícitas desses policiais do Distrito Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, o senhor falou desse vacilo ao afirmar dos policiais do DF, né? É porque, ao final da operação, foram condenados, foram indiciados — e muitos condenados — policiais de São Paulo, policiais do Rio de Janeiro, agentes criminosos de São Paulo e do Rio de Janeiro, e a parte que tocava em Brasília não terminou conosco. Na verdade eu nem sei como isso terminou. Por isso eu gostaria nem de falar em policias de Brasília. Mas no início da operação e no relatório apresentado (*ininteligível*) Polícia (*ininteligível*) Dr. Reinaldo A, ele fala da possibilidade de os (*ininteligível*) estarem acontecendo em Brasília com policiais rodoviários... Eu não lembro exatamente os termos desse relatório, né? São 5 anos. Mas ele fala num relatório A. O senhor pode olhar lá. Um relatório A.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da possibilidade. Mas, concretamente, o que tinha eram indícios de participação de policiais rodoviários de São Paulo e Rio de Janeiro. Concretamente, isso.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Concretamente, havia essa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, eu só queria também entender.

Então houve... Voltando um pouco o tempo atrás também, Sr. Wendel, pelo que eu entendi foi constituída uma espécie de força-tarefa aí, de alguns policiais rodoviários federais, para colaborar com o Ministério Público.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nessas investigações. Não foi uma operação específica. Era uma força-tarefa que estava em colaboração com o Ministério Público Federal.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. teria feito uma afirmação de que essa colaboração foi determinada... Foi uma determinação ministerial?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, o Procurador da República enviou um ofício ao Ministro solicitando a disponibilização de servidores, de policiais rodoviários federais, no meu caso, e o Ministro autorizou que nós fôssemos (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Autorizou para uma colaboração e apoio, mas não especificou que colaboração seria essa.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nos termos do ofício encaminhado pelo Procurador da República. Ele fala o que é, ele fala que há necessidade de servidores para uma atividade ligada a crimes, e o Ministro defere, diz que sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele não especifica que atividades seriam essas, tipo, por exemplo: "*Esses policiais serão utilizados na atividade de investigação, de inteligência, colaborarão na atividade de interceptação de comunicação telefônica...*" O ofício não tem menção a isso, nem a autorização do Ministro. Ou teria?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, assim, sem ver o ofício agora, depois de tanto tempo, eu fico com medo de afirmar e não ser verdade, né? Mas o ofício fala da investigação, de (*ininteligível*) criminosa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não faz referência espe...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu fico com receio de afirmar e não ser, tal, mas ele fala da operação, de que seriam crimes, né, investigados pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Mas o ofício, na verdade, o conteúdo fundamental desse ofício que foi objeto de requerimento do Ministério Público — V.Sa. pode me corrigir se eu estiver errado — seria no sentido



de requisitar alguns policiais ao Ministro da Justiça, para colaborar com o Ministério Público Federal nessa investigação.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então provavelmente não deve ter entrado em detalhes. E o despacho do Ministro teria sido nesse sentido também.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De colocar. Aí, nesse caso, quando essa determinação ministerial ocorreu, V.Sa. já estava integrando a equipe.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A primeira, não. A primeira foi em dezembro de 2002, e eu somente vim a integrar a equipe em maio de 2003.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Mas quando houve esse despacho do Ministro, V.Sa. já estava na equipe quando Ministro Márcio Thomaz...? Foi antes ou depois de maio esse despacho do Ministro Márcio Thomaz Bastos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Desde o primeiro momento, a primeira... Assim que o documento, que o ofício do Coordenador-Geral chegou ao Ministério Público e foi levado ao Ministro, ele logo deliberou pela possibilidade, em dezembro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. se recorda quando foi essa determinação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi em dezembro de 2003.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em dezembro, com o Ministro de então.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com o Ministro de então.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Depois essa determinação...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi sendo renovada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi renovada.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, foi sendo renovada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quando ela foi renovada, V.Sa. já estava na equipe ou não? Se recorda disso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu acho que eu vim a integrar a equipe na terceira renovação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na terceira renovação.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, se não me engano na terceira renovação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Até então era outro... Teve alguma interferência da Secretaria Nacional de Segurança Pública? V.Sa. se recorda?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Outra coisa. V.Sa. sabe precisar quanto tempo essa determinação, ela perdurou? Até quando essa equipe...? Quando é que essa equipe foi dissolvida?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Teve início em dezembro de 2002 e foi dissolvida... Deputado, perdoe o engano, em agosto ou outubro de 2003, salvo engano.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Agosto ou outubro de 2004, ou foi do mesmo ano?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Do mesmo ano, de 2002 para 2003.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então é agosto. Então só nessa operação aí.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Depois disso, todos foram devolvidos às unidades?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Devolvidos às unidades, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em agosto V.Sa. passou a ser lotado onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na 12ª Superintendência, no Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não participou de mais nenhum tipo de atividade desse...?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui. O senhor foi para o Espírito Santo por vontade própria, foi uma promoção, uma demissão, uma remoção...? Por que que o senhor foi parar no Espírito Santo?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu fui por vontade própria. Eu pedi remoção. Na verdade, não... Desculpe, excelência, eu não pedi remoção. Fui por vontade própria, mas fui lá para trabalhar na Corregedoria. Foi *ex officio*, mas eu estava de acordo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom, então, pelo que eu entendi, também havia uma espécie de coordenador desse grupo, que primeiro foi o Inspetor Reinaldo Szydloski e depois V.Sa.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em que consistiu o trabalho desse grupo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Procurador da República conduziu a investigação com base primeiramente nesse documento encaminhado pelo Coordenador-Geral de Operações, mas evidentemente que ele sozinho não poderia fazer todo o trabalho, não é? Ele precisava de ajuda, de pessoas, e nós éramos essas pessoas, tanto que nossa equipe não oficiava autoridades, não se reunia diretamente com autoridades, não tomávamos nenhum tipo de depoimento. Nossa ligação era direta com o Procurador da República.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas fazia o quê, que tipo de trabalho?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele nos determinava, e nós fazíamos. Recebíamos, por exemplo, o ofício da interceptação telefônica, que ele pedia e o juiz deferia. Aí nós encaminhávamos para a operadora, recebíamos os áudios, fazíamos as degravações.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A equipe de V.Sa. não participou de nenhum... em tempo real, de ouvir as interceptações. Só pegava o conteúdo e fazia o quê? Transcrevia?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Transcrevia, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Fazia relatório em relação ao conteúdo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Fazia relatório. Na verdade nós não fazíamos bem relatórios em relação ao conteúdo, nós transcrevíamos o conteúdo literalmente, a partir do que ouvíamos. Não todo o conteúdo, evidentemente, mas



daqueles que ligavam as pessoas às atividades criminosas, literalmente, e, a partir de cada transcrição literal, nós fazíamos relatórios, que nós chamávamos de relatórios consubstanciados. Fazíamos um relatório daquilo. Nós fazíamos e juntávamos aos autos. Encaminhávamos ao Procurador da República a transcrição literal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor falou autos. Autos de quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Desse procedimento que foi instaurado. Foi instaurado um procedimento...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Instaurado pelo Ministério Público Federal.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. Encaminhávamos para ele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pela Procuradoria da República.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esse relatório, ele era assinado por quem, pelo coordenador do grupo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pelo coordenador do grupo, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E encaminhado ao Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ao Ministério Público, exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A equipe fazia algum trabalho de campo, de investigação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Fazia algum trabalho de campo, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantos policiais foram mobilizados nessa operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, se eu não me engano foram 18, ou 17...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dezoito policiais rodoviários federais.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não me recordo bem, mas eu acho que mais ou menos isso. Desde o início até o final.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Policiais da Inteligência?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hã?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Da Inteligência da Polícia também foram mobilizados?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Tinha policiais da Inteligência da Polícia, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então faziam trabalho de investigação: coleta de dados...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... quem estava com tal telefone...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... atividade criminosa que desenvolvia...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente. Juntava documentos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas só trabalho de suporte. Nada de prisão, nada de interrogatório...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Nem interrogatórios nem oitivas. Não oficiávamos diretamente nenhuma autoridade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só coleta de dados.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Só coleta de dados, que podíamos fazer diretamente. Tudo que era feito que precisava desse tipo de ação direta, né, era feito pelo Ministério Público. Nós não fazíamos nada disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O equipamento que era utilizado nessa interceptação na operadora, que equipamento era?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, quando eu cheguei nessa operação, já em maio de 2003, esses equipamentos já estavam instalados, de tal modo que eu não tive contato direto com eles. Eu nunca fui na operadora e olhei o que estava lá, a verdade é essa. Mas eram computadores. Nós não tínhamos recurso na época, né, como não temos hoje.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas era...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eram computadores ligados direto à operadora. Ela baixava direto nos nossos computadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas era um Guardião?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sombra?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento de como é que foi adquirido esse equipamento? Era da Polícia Rodoviária?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade eram computadores, né? Então nós, quando fomos para a operação, e o Procurador pediu isso ao Ministro, pediu algum suporte material — computadores, veículos... —, então nós tínhamos esses computadores. Ele também ofereceu alguns *notebooks*, computadores da Procuradoria. Na verdade eram computadores. Nós tínhamos computadores.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então o Ministério Público Federal também ofereceu material para fazer interceptação.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Material. Eram *notebooks*, acho que 2 *desktops*...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esses *notebooks* eram para fazer interceptação, ou eles também faziam interceptação direta?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Eram na verdade para as gravações, nossas atividades. Gravações... Nós usávamos para fazer os relatórios, para atividades da equipe. E lá nas operadoras havia os computadores instalados lá só para isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi feita alguma interceptação direta?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em ERB?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nós não tínhamos condição nem técnica, nem condição nem equipamento para isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tinham equipamento para isso.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. acompanhou o caso envolvendo a investigação contra o Juiz Ali Mazloun?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O que que foi apurado em relação a isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, a apuração do caso eu não acompanhei. Eu sei pela imprensa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas foram feitas interceptações de comunicações dele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dele, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nenhuma interceptação (*ininteligível*) dele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não se recorda de nenhuma interceptação dele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque tem informações nos relatórios que foram produzidos, inclusive um processo que foi movido, que V.Sa. foi testemunha, onde V.Sa. depôs dizendo que não tinha nada contra o Juiz. Mas havia ligações anteriores de que teria havido declaração de V.Sa. contra ele e em juízo V.Sa. teria dito que não tinha nada contra ele.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade não é assim, excelência. Durante esse período, já no final do período — nós estávamos encerrando os trabalhos —, houve o fechamento dessa operação envolvendo o Roberto Eleutério da Silva, os policiais civis de São Paulo — com grande êxito, diga-se de passagem... No final de todo esse processo, eu recebi uma ligação do Dr. Ali Mazloun, diretamente no meu celular, me convidando para uma reunião com ele. Eu fui a essa reunião... Talvez tenha sido meu grande erro ter ido direto para a reunião, não ter repassado isso ao Procurador da República — ele estava viajando, acho que de férias, se eu não me engano. Ele não estava... Nós tínhamos contato com ele, e não tínhamos naquele período. Fui direto ao Dr. Ali Mazloun. Ele disse que era juiz do



caso Ari Natalino, lá em São Paulo. Fui com um colega, o colega Marcos Prado, lá na 7ª Vara Federal, e lá na 7ª Vara ele me questionou sobre o nosso procedimento: perguntou o que nós estávamos fazendo, o que havíamos conseguido, reclamou que ele era o juiz do caso Ari Natalino há algum tempo e que não foi comunicado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em relação que havia um processo replicado em Brasília.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Isso ele... Não é nesses termos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele disse que o que estava sendo investigado por V.Sas. ele estava investigando em São Paulo? Havia uma investigação semelhante?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Não era nesses termos. A nossa conversa não era nesses termos. A nossa conversa era nos seguintes termos. Ele dizia: *"Eu tenho aqui uma investigação de Ari Natalino, e quero saber o que vocês têm aí."* Aí ele dizia: *"Eu já deveria ter recebido esse material já aqui, já era para estar comigo, eu quero o material, eu quero os áudios..."* Então ele, nessa primeira reunião, ele solicitava... ele exigia que nós repassássemos para ele todo o material que nós tivéssemos envolvendo Ari Natalino. Não falava *"Ah, não, há uma réplica, o meu processo é igual ao de..."*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele fez uma solicitação formal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Ele me pediu que entregasse a ele todo o material. Foi firme. Eu já disse isso em diversos momentos. Em cada momento que eu digo isso, é interpretado de uma forma diferente. Acho que eu vou tentar esclarecer, da forma mais clara possível. Nesse primeiro momento, ele exigiu que fosse repassado para ele, disse que queria toda a documentação, questionou alguns procedimentos, disse que o nosso trabalho não estava sendo bem feito, fez algumas considerações ao fato de não ter recebido esses documentos antes, falou sobre o processo dele, falou que ele não tinha ainda recebido a denúncia em relação ao Ari Natalino, explicou por quê... Essa conversa transcorreu, e nós saímos do gabinete dele, dessa primeira conversa, e fomos direto ao Ministério Público Federal, em São Paulo, falar com a Dra. Karen, que era a Procuradora da República desse caso do Ari Natalino em São Paulo. O nosso



objetivo era informá-la do que o Juiz queria — que ele queria os documentos, que ele queria os autos — e fornecer a ela todos os elementos que ela pudesse ter para encaminhar. Então o nosso objetivo era ajudar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas quem encaminhou V.Sas. a essa juíza, a essa procuradora?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não, nós já conhecíamos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Já tinham contato com ela.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Já, já.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Via a Procuradoria daqui.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Via a Procuradoria daqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia um trabalho da Procuradoria daqui com ela lá?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não sei. Que eu saiba, não. Eu não sei, na verdade. Nós tínhamos contato com ela lá em São Paulo. Na verdade...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas contato em que nível?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Porque em determinado momento da operação o Dr. Guilherme encaminhou para ela, pediu para o Juiz daqui da 10ª Vara que fossem encaminhados para ela os documentos relativos ao caso Ari Natalino, para que ela oferecesse ao Juiz do caso lá em São Paulo. Acho que era o Juiz da 6ª Vara, o Dr. Fausto, inclusive. Então houve essa ligação, né? Então nós sabíamos que ela receberia os documentos, que era ela a Procuradora da República, tal. Nós sabíamos disso e fomos lá falar com ela.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas quem orientou V.Sas. a procurar ela?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não, nesse momento ninguém. É o que eu falo para o senhor: o erro naquele momento foi ter tentado ajudar...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Depois dessa conversa com o Juiz Ali Mazloun, V.Sas. ficaram preocupados.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ficamos preocupados...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E aí foram procurar essa Procuradora, para relatar a conversa.



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A conversa. Na verdade, preocupados um pouco com a ação dele, com a forma como ele se posicionou, mas mais preocupados em ajudar, em falar para ela que ele queria e que nós poderíamos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Disponibilizar.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Disponibilizar, falar com o Dr. Guilherme para que ele pedisse ao Juiz que encaminhasse os documentos para ela ou para ele. Ela nos recebeu, também se mostrou indignada, disse que queria resolver logo o caso, que ele não recebeu porque o Juiz não havia recebido a denúncia, que ela impetraria um mandado de segurança para que ele recebesse a denúncia, ou não, para que não ficasse lá parada como estava. Saímos de lá com a idéia de que deveríamos então procurar o Dr. Guilherme, esperar ele chegar de férias — acho que ele estava de férias, se não me engano — e passar isso para ele, para que ele fizesse contato com a Dra. Karen e encaminhasse os documentos. Mas no dia seguinte o Dr. Ali Mazloun novamente ligou no meu celular. Ele ligou dizendo que havia recebido já alguns documentos, não sei se fruto já dessa conversa que tivemos com a Dra. Karen. Não sei se foi por isso, mas ele disse que havia recebido alguns áudios, que estava preocupado, porque... Qual foi a palavra que ele utilizou? Ele nos questionava sobre os autos, perguntava das pessoas que foram ouvidas, perguntou se ele havia sido interceptado. Me perguntou diretamente isto: "*Wendel, eu fui interceptado?*" Eu falei: "*Não, doutor.*" Me perguntou sobre o César Herman, se eu não me engano, se havia sido interceptado. Me deu telefones para que eu conferisse se aquelas pessoas haviam sido interceptadas ou não. Se mostrava, pelo telefone, firme. Disse que não gostou da nossa atitude de ter ido conversar com a Dra. Karen, que deveria ter ficado entre nós aquela conversa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então teve uma segunda conversa com o Dr. Ali Mazloun.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Essa por telefone. Essa conversa, assim que desliguei o telefone — havia um grupo de colegas comigo —, relatei a conversa para eles, inclusive botei isso num documento. Relatei a conversa para eles. Um dos colegas era responsável assim pela técnica, um colega mais técnico. Perguntei para ele sobre aquelas pessoas, sobre aqueles números. Ele falou: "*Não,*



não. Isso, não tem nada disso aqui". Novamente recebi uma ligação do Dr. Ali Mazloun, uns dois dias depois, novamente marcando um encontro. Ele disse que havia recebido outros documentos e queria a nossa ajuda para explicar para ele o que eram aqueles documentos, o que eram aquelas interceptações. Nós, novamente, com o intuito de ajudar, fomos ter com ele lá na 7ª Vara, nessa terceira reunião, nesse terceiro momento — porque houve uma por telefone e essa, a segunda reunião no caso, o terceiro momento. Aí sim, ele é firme, contundente, ameaçador, nos diz que iria nos prender.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa ameaça consistiu no quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele nos ameaçou de prisão, disse que nos prenderia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Caso... Mas ele ameaçou de prisão em função de que conduta de V.Sas.?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pois é, ele não disse a conduta. Ele falou: *"Olha, o mandado de prisão de vocês já estava pronto, eu só não expedi..."* Ele falou *"não expedi por algum motivo"*. Em determinado momento da conversa, uma conversa tensa, ele falou de novo: *"Olha, eu posso prender vocês"*, mas não dizia o porquê, nunca disse o porquê. E, nesse conversa, ele exigia novamente os áudios. Ele falava: *"Olha, eu sou o juiz do caso, isso aqui está errado, isso aqui está errado, essas conversas, essas interceptações..."* E nós tentávamos explicar, explicar para ele o que estava acontecendo, por que aquelas conversas eram assim daquela forma, porque aquelas interceptações tinham aquele período, mas ele não entendia, ele não queria entender.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Voltando, inclusive, até essa questão: todas as interceptações... Quem dizia quem deveria ser interceptado era o Procurador da República? Ou V.Sas., no curso das investigações, deram alguma sugestão de pessoas a serem interceptadas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com base nas interceptações que iam sendo produzidas, outras pessoas iam sendo indicadas. Nós fazíamos esses relatórios que eu falei para o senhor, consubstanciados, que indicavam para ele, para ele.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Havia sugestão, por parte do pessoal de campo, para novas interceptações?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Ele acatava ou não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E, além das sugestões do pessoal de campo ao Ministério Público de nomes e alvos a serem interceptados, o Procurador também, ou outros Procuradores, eles sugeriam interceptações?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Deliberadamente não, só à vista dos documentos que eram produzidos. Assim: *"Ah, não, vamos interceptar fulano..."*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem foi interceptado em Brasília? Autoridades?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputados? Nenhum?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputadas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Dr. Guilherme Schelb disse que Deputados foram interceptados.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deu um nome de um Deputado. Dr. Guilherme Schelb disse que foram interceptados também Ministros do Supremo, também foram interceptados.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, Excelência. O que há em relação...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não eles interceptados diretamente, mas as conversas.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, tá! O que há é isso, há sim. Há nos autos que nós produzimos, no caso específico aqui de um Parlamentar, que ele manteve contato com uma pessoa que estava sendo interceptada e a voz dele foi gravada, pelo contato que ele fez com essa pessoa. Aí há lá o registro da conversa com esse Parlamentar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Além desse Parlamentar, alguma autoridade federal mais?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS – Não, não. Essa situação de Ministro assim...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E aí só uma pergunta: se não apareciam no curso das investigações autoridades federais que justificassem a competência do juízo de Brasília, porque se insistia em permanecer na operação aqui e não deslocá-la para o local, que seria o Rio ou São Paulo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, mas em determinado momento isso ocorreu de fato, Excelência. Em determinado momento nós percebemos que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas nove meses depois!

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS -... havia essa necessidade da permanência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No curso da operação, alguma autoridade federal apareceu envolvida nesse esquema?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, que eu me recorde não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então durante nove meses não apareceu uma autoridade federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, que eu me recorde não, a não ser esse caso específico dessa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só nesse caso? Por uma interceptação reflexa.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, isso. O Procurador pediu que fosse apartado esses documentos, para que encaminhássemos ao Procurador Geral. Não sei o que foi feito, mas ele falou: *"Aparte esses documentos, nós vamos encaminhar"*. Nós tínhamos... trabalhando sempre nessa tentativa de que esses casos chegassem a Brasília, porque eram muitos casos em Estados diferentes. Mas em determinado momento nós percebemos que não, que não ia ser o caso. Aí foi encaminhado para São Paulo, por decisão dele, do Procurador.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor se recorda se um Eli Simões foi objeto de investigação, Eli ou Erli Simões, policial rodoviário federal? Conhece algum Erli ou Eli Simões?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Assim, de cabeça, não.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E Luiz Carlos Simões e Luiz Carlos Roque?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Roque eu conheço.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi investigado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O nome dele, Excelência, apareceu nas investigações. Eu não me recordo se ele foi especificamente investigado. São 5 anos, não é? Mas eu me lembro de que o nome dele foi, desse. Mas eu não me lembro (*ininteligível*) e o dele eu me recordo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Wendel, só uma dúvida aqui: como é que era feita a identificação do áudio com o alvo? Por exemplo, chegou ao nosso conhecimento aqui que foi... o relatório constou como sendo uma pessoa, o alvo interceptado Luiz Carlos Simões. Ele afirma — e apresentou um laudo, que está neste livro aqui — que, na verdade, não era ele, a voz dele. Teria sido de um Erli ou um Eli Simões. Então, como é que era feito esse tipo de identificação da voz com a pessoa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, primeiro, pelos telefones, o primeiro momento. O telefone que recebe a ligação ou que gera, no caso, que está sendo interceptado, ele tem o cadastro de quem liga e de quem recebe. O primeiro momento é pelo cadastro. Então, esse é o primeiro momento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Vocês tinham acesso à bilhetagem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - À bilhetagem...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Com todos os alvos, quando eram requeridas as interceptações, vocês faziam um trabalho de campo anterior, para identificar o possível proprietário da linha...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e depois obtinham das operadores as informações cadastrais?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E também tinham acesso à bilhetagem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - À bilhetagem.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Toda a ramificação das ligações...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – ... emitidas e recebidas pelo alvo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim. Todas emitidas pela operadora, com ofício do juiz e tudo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Com as especificações judiciais, todas elas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Tudo direitinho.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E nesse caso, por exemplo, do fato de ter constado no relatório que o Luiz Carlos teria sido interceptado, o Luiz Carlos Simões, e o laudo afirmar que a voz interceptada não é dele, V.Sas. receberam algum tipo de treinamento para identificar que aquele alvo, aquela voz era daquela determinada pessoa? Como é que é feita a identificação de que aquela voz é daquela determinada pessoa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, nesse caso específico do Rio de Janeiro, nesse caso específico dos policiais, eu pouco trabalhei. O inspetor Reinaldo foi quem mais trabalhou nesse caso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Desses 2 policiais?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, desses policiais do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todo o áudio era desviado aqui para Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hã?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Os áudios de São Paulo, Rio, tudo era desviado para a operadora aqui em Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não era para a operadora de Brasília, era para as operadoras locais. Os áudios de São Paulo nós pegávamos em São Paulo; os do Rio, no Rio de Janeiro. Então, não vinham... não eram desviados.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Naquela época não existia centralização?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, porque nós não tínhamos o equipamento, Excelência. Então, nós tínhamos que ir lá instalar o computador, só para gravar aquilo lá. Não havia um... como é hoje o Guardião, em que você pode puxar os cabos. Não é assim. Nós tínhamos que ir de operadora em operadora. Isso gerava um problema.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era na operadora que era feita a...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tinha base de operação em São Paulo e Rio, ou era feito nas dependências da Polícia Rodoviária?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nós tínhamos uma base de operação, uma espécie de base de operação. Nós mesmos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Apartada da estrutura da Polícia Rodoviária?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Da Polícia Rodoviária.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era um grupo que estava apartado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, vinculado ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na verdade, vocês passaram... não formalmente, mas operacionalmente vocês deixaram de ficar na estrutura da Polícia Rodoviária para ter...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... digamos assim, uma força de apoio ao Ministério Público Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa base operacional, tinha uma no Rio e uma em São Paulo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era em São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era na sede da Procuradoria?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, aí é que está. Eu falei que era uma espécie de base de operação, porque não era efetivamente uma base. Nós



tínhamos uma casa. Nós alugamos, nós mesmos dividimos e, na verdade, nós mesmos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No Rio ou em São Paulo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Em São Paulo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No Rio tinha também?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No Rio... não, não tinha.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tinha uma casa que era cotizada pelos policiais rodoviários?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, porque a estrutura da... existia... O Procurador da República nos fornecia uma estrutura, poderíamos ficar na Procuradoria, tal, mas era pequena. Então, nós tínhamos uma demanda maior, de muita gente, onde nós ficávamos. A maioria das coisas... ficávamos lá. Quando tínhamos que produzir algum documento, íamos para essa pequena sala, para as dependências da Procuradoria de São Paulo, ou vínhamos aqui para Brasília. Aqui em Brasília já era bem mais fácil. O Dr. Guilherme...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em São Paulo tinha um Procurador que dava apoio, um Procurador da República que dava apoio?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Em determinado momento da operação....

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ou o Dr. Guilherme Schelb acompanhou toda essa operação?

O SR. REINALDO SZYDOLSKI - Não. Em determinado momento, a partir do final, sim, o Dr. Sílvio Luís. No final, ele passou a

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essas procuradoras?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele era do caso Ari Natalino, em São Paulo... ou Lobão, desculpe.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essa Procuradora que V.Sa. relatou que fez o relato da abordagem do Dr. Ali Mazloun, ela trabalhou também no caso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não senhor.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela só depois pegou o relatório para apresentar a...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, dou-me por satisfeito. Quero até antecipar que, do meu ponto de vista, não vejo necessidade de se fazer acareação. Acho que está mais do que esclarecido esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente, o Wendel começa dizendo que ele entrou nesse processo em maio de 2003, substituindo o inspetor Reinaldo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu entrei em maio, como membro da equipe, e vim a substituí-lo em setembro na coordenação, em setembro. Eu fiz parte da equipe em maio e o substituí em setembro — acho que foi mais ou menos isso — na sua aposentadoria.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quando ele se aposentou?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, o senhor trabalhou com ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com ele, exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Antes de substituí-lo, também trabalhava com ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com ele, na operação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quando você fala substituir, você o substituiu na coordenaria, é isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Aí você declara que foi colocado à disposição do Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Requisitado pelo Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como é que o senhor ocupava uma coordenadoria na Polícia Rodoviária e era requisitado? Como era a sua frequência, a sua lotação?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, foi, justamente isso. Assim que eu...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O senhor era coordenador na Polícia Rodoviária e era requisitado pelo Ministério Público. Quem garantia a legalidade do ato de V.Sa. estar, ao mesmo tempo, lotado em dois lugares?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, na verdade não foi dessa forma, Excelência. Assim que fui designado, eu saí da função que ocupava, o meu substituto assumiu a minha função e, logo em seguida, pouco tempo depois, eu fui substituído. Então, na verdade eu passei, a partir daquele momento, a não mais atuar na PF. Bem pouco tempo depois, eu fui exonerado e, logo em seguida, substituído, isso sim. Assim que deixei, fui substituído e, logo depois, exonerado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, não, é que eu queria entender o seguinte: a operação, ela se deu através de um relatório feito pela Coordenadoria da Polícia Rodoviária, relatório esse, como foi dito aqui, que deu origem a todo esse processo. E, depois, vocês passaram a pertencer a um grupo que trabalhava com o Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como é que legalizava essa situação de estar ao mesmo tempo vinculado à Polícia Rodoviária e vinculado ao Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Posso talvez entrar nesse seu questionamento, Deputado Simão?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sim, é lógico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho talvez o que o Deputado Simão esteja querendo precisar — e eu acho que é necessário — é se houve um ato de cessão formal. Como é que se faz uma cessão de servidor? O órgão requerente encaminha um ofício; é feita uma avaliação no órgão cedente; concorda-se com essa cessão; fazem-se as anotações; publica-se em *Diário Oficial*; e V.Sa., então, passa a exercer um cargo, uma função ou atua junto a determinado organismo. Esse é o procedimento normal e formal de uma cessão. Por exemplo, quando o Sr. Reinaldo veio trabalhar na CPI, ele teve um cargo aqui para o qual ele foi nomeado. Então, quer dizer, essa sua cessão foi formal na forma que estamos



explicitando, na forma que o Deputado Simão pergunta, ou ela foi “formal”, entre aspas. Houve anuência da chefia, mas não foi feito um procedimento formal de cessão?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, eu nunca tomei conhecimento desse procedimento da forma como o senhor colocou: formal de cessão. Eu recebi um ofício para que me apresentasse, somente isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Recebeu um ofício para se apresentar? Quem deu esse ofício?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Quem me apresentou foi o inspetor Reinaldo, na época coordenador da operação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Dr. Reinaldo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele era bastante competente, era seu chefe?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na Polícia?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, ele lhe deu um ofício para se apresentar ao Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E ele era o seu chefe, então, imediato.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Ele era...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como é que o senhor foi, então, se apresentar através de ofício de quem não era seu chefe?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, mas era um ofício... Aí é que está, o ofício que ele me apresenta é um ofício do Ministério Público, do Dr. Guilherme Schelb, ao Ministro da Justiça, que determina a apresentação. Na verdade, quem determinou a apresentação foi o Ministro da Justiça, na época o doutor...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Márcio Bastos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, o Dr. Márcio Bastos. Então, na verdade, foi ele que determinou. Eu cumpri a ordem, no caso...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, o ofício...



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, eu entendi. A ordem que eu cumpri era dele e não do Inspetor Reinaldo. Ele somente me apresentou a ordem; e eu, em anuência ao meu chefe imediato, na época...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu não consigo entender o seguinte: quem é que lhe mandou trabalhar com o Ministério Público? Foi o Ministro da Justiça diretamente, passando por cima do Diretor-Geral da Polícia Rodoviária, ou foi o Dr. Reinaldo, que era o seu chefe na Coordenadoria?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Ministro da Justiça encaminhou o ofício do Procurador da República ao Sr. Diretor-Geral, de acordo com o pedido do Ministério Público Federal de disponibilização.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Ministério Público solicitava o nome de vocês?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, com nome, exatamente. Ele botou uma lista de servidores e meu nome era um desses que estavam nessa lista, para o Diretor-Geral. O Diretor-Geral recebeu o documento. É aí que eu falo: a apresentação formal foi desse documento do Ministério Público. Então, não houve um... Não era para o Inspetor Reinaldo. O Inspetor Reinaldo era só o Coordenador. Ele trouxe o documento, somente isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Agora, para ficar claro: o Ministério Público, por que escolheu vocês? Vocês já trabalhavam, de alguma forma; conheciam o Dr. Guilherme ou outro procurador?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nós já trabalhamos com o Ministério Público algumas vezes, Excelência, em outras operações; não dessa forma, mas em outras operações, como a operação lá no Mato Grosso, em Rondônia, de combate ao desmatamento... Então, nós já conhecíamos... O Inspetor Reinaldo, especificamente, já tinha um contato...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas e nessas outras operações também era requisitado à Polícia Rodoviária para que vocês trabalhassem com eles?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, sim. Na verdade, esse tipo de... *(Pausa.)* Na verdade, Excelência, esse tipo de pedido do apoio da Polícia Rodoviária Federal, neste caso aqui especificamente, vem à tona, mas é um pedido comum. Na



verdade, a Polícia Rodoviária Federal, ela apóia — porque tem instrumentos, tem meios, tem homens —, ela apóia diversos órgãos da...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas ela não é Polícia Judiciária!

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, é como eu falei...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A atribuição dela não é...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É como eu falei para o senhor: nesse caso especificamente aflora esse fato, mas ela apóia outros órgãos, como o IBAMA, o Ministério Público do Trabalho, a própria Polícia Federal... Então, esse tipo de procedimento, pedir o apoio da Polícia Rodoviária, de homens, é um procedimento comum, na verdade. Nesse caso específico, o senhor questiona o fato da Polícia Judiciária.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, não sei se posso aguardar, porque tem votação nominal. Se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos suspender a sessão por 15 minutos, e reabriremos em seguida.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos reabrir os trabalhos.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você trabalha atualmente onde, Wendel?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, em Rondônia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Trabalhava antes onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, no Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E, além do Espírito Santo e de Rondônia, você tem trabalhado onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Trabalhei na Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aqui em Brasília.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo você esteve na sede, aqui em Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, cerca de 3 anos, salvo engano.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Durante o período que você esteve em Brasília, que tipo de atividade você exerceu?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu trabalhei todo o tempo na Corregedoria-Geral do Departamento, como chefe da Divisão de Correição e Disciplina e Corregedor-Geral Substituto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem era o Corregedor efetivo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Corregedor-Geral era o Dr. João... Não lembro o nome completo dele. Dr. Gusmão, João Carlos Vieira de Gusmão... Eu não lembro o nome dele completo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo faz isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Já faz uns 6 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é tanto tempo para você não lembrar o nome do Corregedor, não é?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não é mesmo. Ele, inclusive, é um amigo. É que agora eu esqueci, quando o senhor perguntou. Eu vou tentar lembrar durante... É um amigo, inclusive, mas é que eu perdi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual era a sua relação com o Reinaldo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - De trabalho. Ele era o Coordenador-Geral de Operações. Trabalhávamos no mesmo prédio e, de vez em quando, juntos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E sua relação com ele é boa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Boa, de trabalho, boa relação de trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você acabou trabalhando nessa operação de escutas telefônicas, nessa atividade?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - João Antônio Oliveira de Gusmão.
(Risos.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado. João Antônio Vieira Gusmão?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - João Antônio Oliveira de Gusmão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele ainda está na Polícia Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Ele não era do quadro, não trabalha mais na PRF. Ele era Corregedor-Geral, mas não era do quadro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o Diretor-Geral da DPF, quando você trabalhava nessa operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Do DPRF? Era o General Álvaro Henrique Vianna de Moraes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na época do General já tinha esse negócio de escuta telefônica?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi. Esse trabalho que eu fiz, ele era o Diretor. Começou com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, aquela proposta que fiz de acareação, ficou comprovado agora, é mais do que justa, porque ele acaba de confirmar que já fazia na época do General escuta telefônica. E depois quem substituiu o General?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Inspetor Derene.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você continuou na mesma função que você tinha na época do General? Você continuou, na época do Derene, você continuou na mesma função?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, é necessário esclarecer o seguinte: não se trata efetivamente de executar interceptações telefônicas sob a égide da administração do General Moraes, nem com relação ao Inspetor Derene. Eu trabalhei nessas interceptações específicas relacionadas ao trabalho do Ministério Público, sob determinação do Ministério Público, que foram solicitadas pelo Ministério Público, quando o General Moraes era o Diretor, e se estendeu até o



Inspetor Derene. Na verdade, não era essa a minha atividade. Eu trabalhei nesse procedimento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nesse procedimento você trabalhou com o General e com o Derene?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eles eram os Diretores. Não trabalhei nem com um, nem com outro. Eles eram os Diretores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, durante essa operação da escuta telefônica a serviço do Ministério Público, você trabalhou sob as ordens do General e também do Derene.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Diretor era o General... As ordens eram do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas eu quero saber...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Diretor era o General e o Derene.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mesmo a ordem do Ministério Público... Era o Diretor o General?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Ao primeiro momento era o General Moraes, no segundo momento era o Inspetor Derene, já no finalzinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual era a sua relação com o Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Antes da operação, o senhor fala?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Antes e depois.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Antes, nenhuma; depois, de trabalho, subordinado a ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que ele requisitou você, se ele não te conhecia? Ele não sabia quem era você ou ele sabia quem era você? Qual a razão de ele ter te requisitado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, através do Inspetor Reinaldo. O primeiro contato dele foi com o Inspetor Reinaldo. Foi formada uma equipe. O Inspetor Reinaldo escolheu a equipe, certamente... eu acho, eu não estava na época.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem fazia parte da equipe?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eram cerca de dezoito, se não me engano, Deputado, dezoito ou dezenove PRFs. Não me lembro de cabeça, mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quais ajudaram o Reinaldo depois que ele saiu da DPRF e continuou prestando serviço nessa área? Você teve alguma relação com ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você sabe que ele trabalhou na CPI da Pirataria, na CPI do BANESTADO? Você sabe disso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sei, sei sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E como você soube desse detalhe?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Que ele trabalhou na CPI da Pirataria?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu prestei depoimento na CPI da Pirataria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que prestou depoimento na CPI da Pirataria?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Teve um contato meu... A CPI da Pirataria teve uma base nesse trabalho, que é o trabalho envolvendo o Roberto Antero da Silva, que era um falsificador de cigarros. Como eu trabalhei na operação, no final da operação, eles me requisitaram para esclarecer alguns fatos em relação a essa operação, ao trabalho que foi feito, às prisões...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você sabia que o Reinaldo estava trabalhando nessa CPI?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sabia, sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você teve algum contato com ele por causa desse caso que você está falando?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então por que a CPI chegou no seu nome, que você era a pessoa que estava fazendo...



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Porque na época, quando essa operação teve o desfecho com as prisões, a atividade policial final, eu era o coordenador da operação. Então, por isso me chamaram. Quer dizer, acho que por isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa operação de que você está falando tem relação com o contrabando de cigarros, com a sonegação, e isso pode ter alguma via, algum elo de ligação com a sua atividade, que é a rodovia. Mas por que... Você também trabalhou em outros tipos de escuta telefônica, sem que tenha sido iniciado ou que tenha transitado por rodovia, e você tenha participado disso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Nunca.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Guilherme disse que todas as operações que interessavam para ele ele passava para Polícia Rodoviária Federal, independente de ser rodovia ou não ser rodovia.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, comigo, não, Excelência. De repente para... comigo, não. Que não fosse na rodovia... Nesse trabalho específico, nós trabalhamos nesse trabalho específico. Aí tem todo o desdobramento do trabalho. Mas outros trabalhos, não. Aliás, eu só trabalhei com o Dr. Guilherme nesse trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só nesse trabalho?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Só nesse trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não trabalhou em nenhum outro?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não; com o Dr. Guilherme, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você sabia que essa autorização judicial da Vara Federal de Brasília também tinha um processo concomitante na Vara Federal de São Paulo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, eu expliquei aqui no início que, no início da operação, em dezembro de 2002, o Coordenador desse trabalho junto à PRF e o contato com o Ministério Público era o Inspetor Reinaldo. Ele trabalhou... E eu somente vim a compor esse trabalho em maio de 2003, somente em maio. E fiquei até o final. No início dessa operação eu não estava.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, espera aí: em maio de 2003 já não era o Derene o Diretor?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era o Derene.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você só começou a trabalhar em maio de 2003 nessa operação, e aí o Derene já era, como você trabalhou na época do General?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Era um pouco o General, logo em seguida o Inspetor Derene.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então as datas estão erradas.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. A operação foi de dezembro de 2002 até outubro, agosto de 2003. Em dezembro de 2002, o General Moraes era o Diretor, até março, final de março de 2003, março ou abril de 2003. A minha chegada na operação foi justamente nesse momento. A operação já havia, o trabalho já era feito, e eu é que cheguei nesse momento, já na virada, já estava saindo o Diretor...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Fisicamente, nesse período, você estava trabalhando onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na Corregedoria do Departamento em Brasília. Não tinha conhecimento da operação, nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E qual era a sua relação com o Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nesse momento, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E em outro momento?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Durante a operação, de subordinado. Eu cumpria as ordens que ele determinava.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você trabalhava fisicamente na Corregedoria, por que você era subordinado ao Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Então, é isso que eu quero dizer para o senhor. Nesse primeiro momento, nenhuma relação; no momento em que eu trabalhava na Corregedoria. Somente eu o conheci quando cheguei na operação, em maio de 2003.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você chegou na operação, fisicamente, você trabalhava onde?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na Corregedoria-Geral do Departamento em Brasília.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você respondia para o Guilherme de que maneira, então?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, tá. Desculpe-me, Excelência. Quando cheguei na operação, eu trabalhava fisicamente aqui em Brasília — trabalhava aqui em Brasília, às vezes no gabinete dele, usando algum equipamento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Gabinete de quem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Do Dr. Guilherme. Usando algum equipamento para digitar alguma coisa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você trabalhou no gabinete do Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, eu não trabalhei no gabinete dele. Às vezes eu executava...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Executou atividades no gabinete do Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, no gabinete dele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Era isso o que eu queria saber. Essa foi a primeira pergunta que eu fiz...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Desculpe-me, é que eu estava... Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E que tipo de aparelho era utilizado para a escuta telefônica?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Computadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De quem eram os computadores? Eram do Ministério Público ou era da Rodoviária?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Aí... Os computadores... Quando nós viemos para, a equipe da PRF, veio para o trabalho com o Ministério Público, trouxe com ela computadores, alguns *notebooks*, alguns *desktops*.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses computadores eram da PRF?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Da PRF. Quando o Procurador...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você chegou à Corregedoria, já tinha esses aparelhos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na... na...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você chegou à Corregedoria, já existiam...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, no(?) trabalho, no(?) trabalho lá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - No trabalho.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já tinha esses aparelhos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Já havia esses equipamentos. Alguns computadores da Polícia, alguns do Ministério Público. Eram computadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os computadores do Ministério Público estavam na mão da Polícia?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estavam na Polícia, e eram do Ministério Público.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Estavam conosco, não na Polícia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, na Polícia Rodoviária Federal.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A Polícia Rodoviária Federal é Polícia.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na operação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas eles eram do Ministério Público e estavam sendo manuseados pela PRF...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, por nós.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...e em poder da PRF...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, isso.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...ainda que fossem propriedade do Ministério Público. Que tipo de aparelhos são esses?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Computadores: *notebooks*, *desktops*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas com um *notebook* sozinho não dá para grampear. Tem um...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não, Deputado. Desculpe, é que eu expliquei isso. É o seguinte: nós não tínhamos nenhum tipo de recurso, nem *e-mails*...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - *Softwares* ou *hardwares*.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nem *softwares*. Nada, nada. Então, nós pegávamos computadores simples, com programa de gravação simples, levávamos à operadora e instalávamos o computador na operadora. Então, tudo o que tínhamos de fazer, tínhamos que ir à operadora, fisicamente ir lá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas qual era o *software* que permitia essa gravação.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, o *software* específico da gravação eu não sei. Nunca vi o *software* específico da gravação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, porque, se era você que operava, você que gravava...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você que tinha... Qual era a mecânica? Qual era a sistemática?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como eu expliquei para o senhor, eram cerca de 17 ou 18 servidores. Eram computadores, com *softwares* normais de gravação de áudio, normais. Eram instalados lá no computador. Havia colegas, né, que iam lá buscar fisicamente a gravação...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De quanto em quanto tempo? De quanto em quanto tempo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Assim que terminavam as autorizações, de 15 em 15 dias, a partir de cada autorização. Ao final, a operadora disponibilizava, nós íamos...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nós tínhamos uma informação de que era de 7 em 7 dias. Agora você falou que é de 15 em 15 dias?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, é porque 15 era a autorização. Às vezes... É assim: uma autorização de hoje ao dia 15, para um caso determinado, e aí outra, do dia 5 ao dia 20. Então, era possível que fôssemos 2 vezes na mesma semana, mas eram intercepções diferentes, entendeu?, autorizações diferentes. Então, a frequência tinha a ver com o encerramento de cada autorização.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem pedia ao Dr. Guilherme solicitar prorrogação da escuta porque estava terminando o prazo? Quem que fazia isso esse trabalho?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Éramos nós, a equipe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas quem da equipe falava pela equipe?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, tá. Era o Inspetor... Nesse primeiro momento, Inspetor Reinaldo, até cerca de setembro, agosto ou setembro de 2003...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí ele se aposentou.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ele se aposentou e eu, a partir daí, até outubro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele se aposentou por quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Por... tempo de serviço. Tempo de serviço, se eu não me engano, se eu não me engano. Acho que é tempo de serviço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois que ele se aposentou, quem que fez o peão?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu. Eu fazia esse trabalho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é nós, é você.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nós... Eu pedia, alguém da equipe, por exemplo, ia à operadora, alguém da equipe instalava equipamento. Não era eu que fazia tudo. Eu pedia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, ainda que você não seja um *expert* no assunto de grampo, você sabe que só a simples gravação não



resolve o problema. Tem que ter alguma técnica. E quem operava essa técnica para vocês?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era a gravação. A gravação era baixada direto da operadora no computador. Por isso, não precisava de *software*, como esses *softwares* utilizados, como o Guardiã, o Sombra. Não era necessário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é Guardiã? O que é Guardiã?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - São esses *softwares* que há possibilidade de que, em qualquer lugar, a operadora disponibilizar linha para gravação. Nós não tínhamos isso. Não tínhamos essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Ministério Público tinha.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não tinha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, tinha? Eu estou afirmando que tinha.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, o senhor... Não sei. Aí nós, no caso, levávamos o computador direto para a operadora. Como não tínhamos o *software*, lá era gravado. Então, nós pegávamos a gravação e fazíamos a degravação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Guardiã do Ministério Público foi utilizado na CPI do BANESTADO. O Reinaldo, depois que deixou a PRF e depois de ter trabalhado como CNE na CPI da Pirataria, foi trabalhar na CPI do BANESTADO. Por que isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não sei, Excelência. Não sei. Não tenho a menor idéia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não tem nenhuma ligação que você possa deduzir?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você foi parar em Rondônia?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu, eu... Apesar de ser baiano de nascimento, eu fui radicado lá. Desde 87 eu moro em Rondônia. Por problemas familiares, eu resolvi voltar para casa, não é?



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você foi para Rondônia para esfriar a situação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Assim que eu fui exonerado aqui, da minha função, eu pedi...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você foi exonerado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. Eu fui exonerado, não é? Com a nova administração, eu saí para essa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você foi dispensado, não exonerado.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Da função.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Da função. Você não foi exonerado.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Do cargo, não, da função mesmo. Fui para o Espírito Santo. Fui lotado lá, na Corregedoria. Foi uma remoção *ex officio* na qual eu tinha interesse; eu queria ir para o Espírito Santo. Então, conjugou esse interesse da administração com o meu. E do Espírito Santo, já bem depois, 2 anos depois, é que eu fui para Rondônia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só uma coisa: se é teu interesse, não é *ex officio*. Se é *ex officio* não é teu interesse.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, é possível, Excelência. A administração queria me mandar para lá, para uma atividade na Corregedoria. E eu queria ir. Acabou que deu certo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Juntou a fome com a vontade de comer.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. Deu certo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E lá você continuou fazendo isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Eu trabalhava na Corregedoria, como eu sempre trabalhei. Treze anos trabalhando nessa área.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E depois como se deu a sua saída do Espírito Santo para Rondônia ou...



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Para Rondônia. Foi um problema familiar. Minha esposa quis voltar para Rondônia, a família dela também é de lá, e eu não tive força para não ir. Ela falou: *“Eu quero”*. E aí eu só falei: *“Então, vamos”*. Foi só isso. Foi a pedido. Eu pedi, a administração concordou e eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma coisa me chamou atenção e eu até gostaria desse esclarecimento. Por exemplo: V.Sa. disse que não possuíam equipamentos tecnológicos para fazerem as interceptações e que as interceptações se davam dentro do espaço físico das operadoras. Quais foram as operadoras e de que forma eram feitas essas interceptações? Era um gravador que era colocado na linha, ou a empresa tinha um equipamento que fazia a gravação das linhas e repassava para os senhores? Os senhores ficavam presentes o tempo inteiro, enquanto estava gravando, dentro da operadora? O senhor poderia me explicar como é que era essa mecânica operacional e quais são as operadoras?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, parte da mecânica, eu posso sim. A primeira parte eu teria dificuldades, porque, como eu falei para o senhor, eu não estava lá no começo, no início, não é? Então, eu não vi esse momento em que os equipamentos foram efetivamente instalados ou levados. Então, eu teria dificuldade de falar isso para o senhor. A mecânica seguinte, sim: as operadoras desviavam, gravavam nos equipamentos, nos nossos computadores, eu não sei qual era exatamente o recurso que ela utilizava para isso, mas ela tinha como passar da gravação dela para o nosso, e nós íamos lá buscar esses, levar os ofícios e buscar o que era gravado. Era basicamente isso que era feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, pelo que eu estou entendendo, quem fazia a interceptação física não era nem a Procuradoria da República nem a Polícia Rodoviária Federal. Eram os empregados da operadora? É isso que o senhor está me dizendo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como eu falei para o senhor, eu não estava lá nesse primeiro momento, não é? Eu não sei como isso foi feito. Mas não éramos nós, através de equipamentos. Nós não buscávamos esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, veja bem: no primeiro momento, o senhor disse que não estava lá. Então, vamos partir do segundo momento. No segundo momento, o senhor está lá na casa que os senhores



alugaram, todos se quotizaram, porque os senhores têm espírito público, aí resolveram alugar uma casa em São Paulo, montaram uma base operacional às suas custas, não deveria ter verba secreta, não tinha dinheiro do Ministério Público, não tinha dinheiro. Então, os senhores, com o altruísmo que tinham, alugaram uma casa para poder fazer essa operação. E aí, então, o senhor ia lá na Telefônica, a Telefônica lhe dava um CD, e o senhor trazia esse CD e botava no seu computador. É isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, não era eu, não é? Era um colega...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nunca foi lá?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, eu nunca fui lá. Devo ter ido em São Paulo, na Vivo, uma ou duas vezes, levar ofício, somente. Buscar, nunca. Ia um colega lá buscar o que era gravado e trazia. Era basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, então, o senhor está me afirmando é que quem fazia a interceptação na Vivo não era nenhum membro do Ministério Público lá presente nem a Polícia Federal. Era a própria Vivo que fazia a interceptação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, como eu não estava lá no primeiro momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas os homens não são seus? Os homens operacionais não eram seus?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não eram subordinados ao senhor?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eles iam buscar. O que eu não posso afirmar para o senhor é se era a própria operadora que fazia. De repente, porque eles instalaram, era através desse equipamento... que era desviado lá dentro da própria operadora; isso, eu posso afirmar para o senhor, porque o equipamento estava lá, ela passava para o equipamento. Não era fisicamente nem nós e nem a Procuradoria. Nem tínhamos um equipamento tecnológico que pudesse buscar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, esse equipamento lá, quem levou para lá foram os senhores?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Fomos nós. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E nunca houve um desvio para a casa onde os senhores estavam?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, nunca. Nem tinha como.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nem nunca houve um desvio operacional para celular que os senhores operavam? Pensa bem nisso que eu estou lhe perguntando. O senhor sabe que normalmente, quando se faz uma operação, o senhor é um homem de inteligência, um homem que trabalhou nessa área, sabe que para acompanhar determinadas operações se solicita à empresa que se transfira o áudio para o seu equipamento celular, para que o senhor possa acompanhar *on line*, em tempo real, os fatos. O senhor entendeu o que eu expliquei?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Os senhores nunca fizeram isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, sim. No final do operação, já no desfecho dela, para execução das prisões, foi necessário esse acompanhamento, justamente para saber onde as pessoas estavam, em momento real, para prendê-las. Nesse finalzinho já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E esses equipamentos eram equipamentos pessoais dos senhores, foram comprados telefones pelo Ministério Público, pela Rodoviária ou era para o seu celular pessoal ou a Vivo lhe emprestou um celular para fazer isso, como é que funcionou isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, salvo engano, foram emprestados pela operadora. Salvo engano. Eu não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, havia uma interceptação em tempo real em alguns momentos da operação...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Num único momento, na verdade. Nesse momento do final da operação, para identificar as pessoas, os locais onde elas estavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor me corrija, se eu estiver enganado; não foram comprados pela Polícia Rodoviária Federal uns *trailers*,



uns equipamentos que tinham sistema de rádio-escuta de frequência e computadores que seriam possíveis de ligar os cabos para fazer as interceptações, ou eu estou equivocado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não tem conhecimento disso. Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nesse celular que era desviada uma ligação, tinha autorização judicial para isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Sempre, sempre.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você está afirmando?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Afirmando, categoricamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E esse aparelho de quem era? Esse aparelho para onde era desviado o áudio? De quem era esse aparelho?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No final, o senhor fala... O celular?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, o celular.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como eu afirmei, salvo engano, a operadora nos disponibilizou celulares para que pudéssemos utilizar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Veja bem, você não pode dizer salvo engano. Você tem de afirmar: ou é, ou não é.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É que faz algum tempo, Excelência. Eu não consigo determinar como isso foi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não faz muito tempo, não. Não faz muito tempo, não.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não consigo... Salvo engano, foi a operadora que nos forneceu os equipamentos. Na verdade, celulares, não é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem armou essa logística de que esse áudio fosse trazido para o celular, foi o Dr. Guilherme, foram vocês? De onde surgiu essa idéia?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, é um procedimento simples e bastante utilizado, Excelência. Os áudios eram gravados, nós recebíamos



com atraso, porque tinha de gravar, depois tinha de buscar e tal. Em determinado momento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se era em tempo real, não pode...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, num primeiro. Num segundo momento, aliás, no final da operação, já para identificar o local onde as pessoas estavam, para a prisão e tal, nós somente solicitamos, o juiz solicitou, não é, foi através de... com ordem judicial...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que juiz?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Juiz da 6ª Vara Criminal de São Paulo solicitou que fosse ao invés de somente gravado, fosse também desviado em tempo real para esses telefones. É um procedimento simples, não é...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando estava desviado em tempo real, estava concomitante...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Gravando, gravando.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E essa casa que o Deputado falou, onde é essa casa?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na verdade, eu chamei de uma quase base, o Deputado perguntou primeiro se nós tínhamos uma base logística e tal. O que acontece? Nós tínhamos as dependências aqui em Brasília, uma unidade aqui em Brasília, que podíamos usar, disponibilizada, e não tínhamos essa mesma possibilidade lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor pode especificar melhor para o Deputado Arnaldo essa unidade de Brasília, o que era essa unidade de Brasília, onde é que era?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não é, não. Unidade-base sempre dá idéia de grande trabalho de inteligência. Era uma sala de um prédio, só isso, com computadores para a gente digitar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas aonde era essa sala?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Aqui em Brasília, aqui na... na Asa Sul. Aqui na Asa Sul. Era um prédio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas é prédio público?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Público, público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas é prédio do Ministério Público?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, eu não sei se era do Ministério Público o prédio. Nos foi disponibilizado pelo Dr. Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem cedeu essa sala para o senhor?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foi o Dr. Guilherme que nos indicou a sala e disse que podíamos utilizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor pode nos... O senhor se lembra do endereço?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Endereço, endereço, não. Era na Asa Sul... Eu tenho dificuldade de me localizar aqui em Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas não era na sede da Procuradoria e nem onde o Dr. Schelb trabalhava?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Era, vamos dizer, uma sala operacional.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que quadra que era?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É na quadra daquele Correio, Excelência, que tem aqui, logo no comecinho aqui da Asa Sul. Prédio grande dos Correios.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não lembra, mas se nós exigirmos uma diligência você nos leva lá?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É possível que eu consiga encontrar ainda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quem tinha acesso a essa sala?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nós, nossa equipe...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas alguém tinha que ter a chave. Quem tinha a chave?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Inspetor Reinaldo, primeiramente; depois, eu tinha. Mas foi pouco tempo, já no final da operação também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E você depois passou essa chave para quem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Para o Dr. Guilherme.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E lá em São Paulo, quem arrumou esse local para vocês?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Aí que está, nós tínhamos a possibilidade de utilizar, já no final da operação, uma sala no Ministério Público, se fosse o caso, por causa do contato com o Procurador da República lá, mas eram muitos policiais...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o Procurador lá?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Lá é o Dr. Sílvio Luís; ele era da 6ª Vara, trabalhava junto à 6ª Vara. E aí, sim, aí, nós tínhamos onde estávamos... onde morávamos, tentávamos morar, dividindo. Tínhamos esse local e tínhamos esse local disponibilizado. Só que eram muitos policiais, não podíamos ir todos ao mesmo tempo para lá, é claro. Aí ficávamos aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse local...Mas quem arrumou esse lugar para vocês?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Fora da....

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Operação. Local de operações.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Ministério Público?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Lá do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De lá. O Ministério Público de lá?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - De lá, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deu o local para

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Ah, não, a casa nós tínhamos que ter uma base lá em São Paulo, porque lá tinha uma boa parte da operação. Mas a base que



era disponibilizada seria no Ministério Público, uma sala, mas não tinha como, todos, irmos para lá; alugamos uma casa e ficamos lá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem alugou a casa?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nós alugamos, a equipe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem bancou o custo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nós bancamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O contrato foi feito em nome de quem?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não sei em nome de que foi o contrato....não sei se tinha contrato, Excelência. Mas nós que pagamos, custeamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Você sabe o endereço desta casa, quem era o proprietário, onde ficava?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não, nesse momento não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele não parece policial, ele não lembra de nada, não sabe de nada.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, Excelência..

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não lembra onde foi.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não parece que é policial. Policial não tem essa postura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tem algum curso de inteligência, feito na ABIN, no SNI...

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...na Polícia Federal?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, não senhor, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não? Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É que eu interrompi minha argüição na hora que....

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só terminar um detalhe: quem se cotizava para pagar o aluguel dessa casa?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Nós, servidores que trabalhávamos lá.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto cabia para cada um?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Ah, não me recordo, Excelência. Não era muito, era pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não recebeu nenhuma VS do Ministério Público para fazer essa operação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, verba secreta, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nem da própria Polícia Rodoviária?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vocês tinham diária, alguma coisa?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Diárias.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Diária da PRF.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Isso, diária.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quer dizer, a casa que vocês tinham como base é diferente da casa que vocês tinham alugado para vocês ficarem morando ou era o mesmo local?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - A base, Excelência, era a sala do Ministério Público. Há uma confusão, aí. Eu gostaria de esclarecer. A base era a sala que o Ministério Público nos disponibilizou. O que eu disse (*ininteligível*) é que nós ficávamos mais nesse onde nós alugamos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está bom, está bom, está bom. Onde era essa sala do Ministério Público, a base?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - No Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Onde era essa sala?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - No Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Onde era essa sala, onde era? Fisicamente, onde era?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Era no prédio do Ministério Público em São Paulo. Como assim? Que andar?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É. Que rua, que rua, que rua, que sítio, o local.



O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Ah, tá. Avenida Paulista com ... não me recordo agora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peixoto Gomide.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É, Peixoto Gomide.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peixoto Gomide. Na sala do Ministério Público.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Poderemos ir para lá se quiser.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Hã?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você vai ter que levar lá a gente, sim. Agora, na casa que vocês ficaram em São Paulo, onde era essa casa que vocês alugaram com recurso de vocês?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Era em Bragança Paulista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Bragança Paulista?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Em Bragança Paulista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, a operação não era na capital? Bragança é muito longe.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - É. Não tão longe. Não tão longe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa. não deve conhecer bem São Paulo, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, acho que não conheço. Tem razão, não conheço. Você tem razão. E lá em São Paulo, além do Sílvio, qual era o outro promotor com quem vocês tinham relação?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Não, nenhum. Só com Dr. Sílvio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi o entrevero que você teve com o Juiz Federal de São Paulo?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Com o Dr. Ali Mazloun. Em determinado momento, no final da operação, já no encerramento da operação, como já afirmei, com grande êxito, o Dr. Ali me ligou, eu não o conhecia, ele ligou no meu celular, se identificou como Juiz Federal da 7ª Vara e pediu um encontro na 7ª Vara para tratar de assuntos relacionados a essa operação relacionada ao Ari Natalino. Eu fui ao encontro, levei comigo um colega, o Dr. Ali Mazloun..



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que colega?

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - O Policial Marcos Prado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. REINALDO SZYDLOSKI - Fomos juntos, o Dr. Ali Mazloun informou que era Juiz do caso Ari Natalino em São Paulo, que havia recebido... que era Juiz de São Paulo, que o Ministério Público já havia oferecido denúncia no caso, que ele ainda não havia recebido a denúncia, que ele precisava de mais informações, que sabia que nós tínhamos informações, questionou por que as informações não haviam sido encaminhadas para ele em determinado momento, questionou a operação, questionou a nossa estada lá e exigiu a entrega dos áudios das interceptações que foram feitas, do material que foi feito, do material utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aliás, essa é uma boa pergunta, Deputado Arnaldo. As interceptações telefônicas que estavam sendo realizadas em São Paulo, com alvos em São Paulo, foram deferidas por que juízo? Não era o Dr. Mazloun que deferia isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Era primeiro o juiz da 10ª Vara Federal em Brasília, depois o juiz da 6ª Vara Federal em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E por que não foi para a Vara do Dr. Mazloun, e sim para a 6ª? O senhor sabe dizer, ou não?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Porque, na verdade, esse processo da 7ª Vara, ele é anterior ao de Brasília. Quando deu conflito de Brasília com esse lá, aí Brasília passou para uma outra Vara, para tentar se safar do pepino. Então, termina de contar a história do Ali Mazloun, que você parou...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pois bem, exigia a entrega dos áudios, dos documentos. Eu informei para ele que informaria ao Procurador da República do que ele queria; ele não está satisfeito, achava que nós deveríamos atendê-lo imediatamente, mas a conversa se encerrou assim, ele dizendo que queria os documentos, com as críticas e com as ponderações. Uma conversa com cobranças, tal, mas tranqüila até certo ponto. Ele... De lá, nós saímos, fomos direto ao Ministério Público em São Paulo, conversamos com a Dra. Karen, que era juíza da 7ª Vara, que trabalhava no caso Ari Natalino lá de São Paulo. Informamos para



ela o que o juiz queria, o que o juiz estava exigindo. Falamos para ela que estávamos à disposição para ajudar a resolver o problema, no contato com o Dr. Guilherme Schelb. O Dr. Guilherme Schelb não estava, estava de férias, se não me engano. Então o contato não podia ser imediato.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O contato com o Dr. Guilherme foi por telefone, então, nessa altura?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, o Dr. Guilherme Schelb não estava em contato, ele estava de férias, se não me engano. Nós não tínhamos contato nenhum com ele nesse momento, naquele dia. Por isso, informamos à Dra. Karen o que estava acontecendo, para que ela pudesse atender ao juiz, e nós pudéssemos ajudar, através do Dr. Guilherme Schelb, que já tinha colocado à disposição para que ajudássemos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não foi nomeado perito pelo juiz?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No terceiro... no segundo encontro com ele, porque depois ele me ligou, no dia seguinte, exigindo saber sobre essas interceptações, exigindo saber se ele havia sido interceptado ou não, o telefone dele, se o telefone do César Herman havia ou não sido interceptado, de uma outra pessoa, que eu não me recordo o nome — não me recordava nem na época dessa terceira pessoa —, exigindo os áudios, dizendo que não gostou do meu contato com a Dra. Karen, que devia ser pessoal. Informou que queria um... que não desejava intermediários, que o contato dele era de juiz com juiz. Depois desse primeiro contato, informou... perguntou se o telefone tinha sido grampeado e tal, disse que a corda sempre arrebentava para o lado mais fraco, que eu me cuidasse. O papo acabou aí. Numa terceira... 2 dias depois, ele me ligou novamente, no meu celular, disse que havia recebido já as interceptações, os documentos, e que... Nesse momento, de forma cortês, falou: “Olha, eu recebi aqui os telefones...”

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que ele recebeu, se o juiz era o da 7ª em São Paulo, o da 10ª em Brasília, ele era de outra Vara?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como isso tramitou, eu não sei, Excelência. Não fui eu que tramitei esses documentos, foi o Ministério Público...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas você teria que tramitar ou para a 7ª de São Paulo ou para a 10ª de Brasília.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não tramitei para lugar nenhum. Os documentos que nós fazíamos, entregávamos para o Dr. Guilherme Schelb. É ele é quem fazia o trâmite.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então o Guilherme é que mandou para ele, então?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não sei. Nós entregamos para o Dr. Guilherme. Ele é quem...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele não estava de férias, o Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não... ele estava de férias. Quem tramitou para lá foi antes ou depois. Naquele momento, eu não sei quem tramitou. Não fui eu, tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem mora na casa de Bragança hoje?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Oi?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem mora na casa de Bragança hoje?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois de toda essa confusão, você foi nomeado perito, e o que aconteceu?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Num terceiro momento, aí sim, quando ele nos chamou lá, pela terceira vez, fomos, eu mais 2 colegas. Aí, sim, ele nos questionou sobre as interceptações, mostrava o processo, mostrava momentos, queria saber se nós fizemos ou não essa ou aquela interceptação, esse ou aquele local, se tivemos ido ou não, acompanhado essa ou aquela operação, diz que nos prenderia, que o mandado de prisão já estava pronto, que ficaríamos em São Paulo o tempo que ele quisesse, que conseguiria a nossa disponibilização quanto tempo ele quisesse, que me nomearia perito para dar um laudo conclusivo em relação a todo o processo e que se tivesse alguma coisa errada ele ia colocar a perícia da Polícia Federal para cotejar as informações. Nesse momento, ele disse que me



nomearia perito, a mim e aos outros colegas, eu disse que nomeasse somente a mim, já que só eu estava... que eu naquele momento coordenava a equipe, que ele fizesse isso em relação à minha pessoa. E ele deixou os outros colegas e me nomeou perito, fez um termo de perícia. Foi nesse momento. Disse que a corda arrebitaria para o lado mais fraco e que... Foi nesses termos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que aconteceu a ele?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Fomos embora, já nesse momento já atordoados, sem saber o que pensar, já que trabalhávamos de forma correta, sempre procurando ajudar, estávamos tentando ajudá-lo inclusive, e agora aquela ameaça de prisão, e de que ficaríamos em São Paulo, de que seríamos peritos. Fomos direto ao Ministério Público Federal em São Paulo e relatamos o fato ao Dr. Luís... *(Pausa.)* Acabei de falar o nome dele aqui. Esqueci. Vou lembrar. Ao Procurador da República, e ele sugeriu que nós registrássemos aqueles fatos, como de fato fizemos. Eu fiz um registro dos fatos, daqueles encontros, do que aconteceu, e entreguei ao Procurador da República, Dr. Guilherme Schelb. Foi isso o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nessa operação em São Paulo, você estava fardado, ou estava à paisana?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Estava à paisana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você trabalhou fardado e quando você trabalhou à paisana?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na operação?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Durante a operação? Sempre à paisana, nunca fardado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nunca trabalhou fardado?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Na operação, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão Sessim, para continuar a sua inquirição.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Arnaldo Faria de Sá já aprofundou bastante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só acho que S.Exa. precisa conhecer um pouco melhor a cidade de São Paulo, não é, Deputado Simão Sessim?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É. Apesar da forma com que nós estamos tentando montar essa operação e que possa facilitar a nossa investigação, tendo em vista a CPI, eu queria que o nobre depoente aí provasse que quando chegava à frente da juíza — ele disse que esteve algumas vezes com a juíza, não foi isso? Em São Paulo...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Com o juiz Ali Mazloun.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com a Dra. Karen.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quando chegar...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A Dra. Karen é Procuradora da República, Procuradora da República.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Oficialmente, oficialmente.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Oficialmente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E quando chegava se apresentava como o quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, aí é que está. Nós...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sou representante do Ministério Público. Vim à senhora falar...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, não é assim que funciona. O Dr. Guilherme Schelb, que era o coordenador da... que era o coordenador da operação, o chefe da operação, vamos dizer assim, ele fazia os contatos, ele dizia quem nós deveremos procurar, ele comunicava antes, e nós já íamos para um lugar onde ele determinava. Era somente isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas quem era... O Dr. Reinaldo era o quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Até determinado momento, o coordenador da nossa equipe. Depois eu fui o coordenador da nossa equipe.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele era o coordenador de uma equipe que estava investigando...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... como... Ele, como o senhor, são da Polícia Rodoviária.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. É... O quê?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Estavam investigando porque estavam à disposição do Ministério Público, autorizado pelo Ministro da Justiça.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Na verdade, não é assim, Excelência. Nós... Quem investigava era o Ministério Público, era o Dr. Guilherme Schelb. Quem investigava era ele. Nós éramos uma equipe de apoio a ele. Nós só fazíamos o que ele não podia fazer fisicamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas o senhor disse que chegou à frente da juíza?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Da Procuradora. Como...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sozinho?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como eu falei, a mando dele. Ele vai, ele diz aonde ir, com quem falar, faz o contato antes.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Vai aí, vai aí quem? Ele fala o quê?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Vai aí policial Wendel falar sobre... levar tal coisa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Policial rodoviário.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É, exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E a juíza aceita?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A Procuradora, no caso, não é?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não. A Procuradora? A juíza.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, mas não tem juíza. Não tem juíza, Excelência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Você nunca esteve à frente de uma juíza?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No caso que eu falei aqui, não. Já estive...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nem juiz? Você falou aí que teve...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No caso aí é a Dra. Karen que eu falei, é Procuradora da República. Não é juíza. O juiz é o Dr. Ali Mazloum.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu queria mais o seguinte. Esse deslocamento de vocês, Brasília/São Paulo, acho que o Deputado Arnaldo já perguntou, ou o Presidente: quem é que bancava essas diárias, essas despesas?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o DPRF.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Departamento?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O DPRF, de Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ela que bancava essa...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então vocês já não estavam mais à disposição... Vocês não estavam mais pela Polícia Rodoviária, vocês estavam à disposição do Ministério Público?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A investigação era do Ministério Público. Nós só éramos instrumentos, somente isso, instrumentos do Ministério Público, porque não podia fazer sozinho o procurador, aí nós fazíamos o que ele determinava.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Ministério Público utilizou a Polícia Rodoviária para bancar uma operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não sei se é assim. As diárias eu recebia através do meu departamento.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quem pagava as suas diárias, suas viagens, era a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso, a Polícia Rodoviária Federal. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E o Diretor-Geral autorizava?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente, eu não tenho condições e sou muito leigo para poder entender isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou tentar talvez resumir e, se eu estiver equivocado, V.Sa. me diga. V.Sa. e o Policial Rodoviário



Federal Reinaldo trabalhavam para a Polícia Rodoviária, policiais de carreira que eram, ou que são. Chegou ao conhecimento da Polícia Rodoviária a prática possível de infrações cometidas por policiais rodoviários, e eles encaminharam, então, esse relatório, por alguma relação pessoal que existia entre alguns deles, ao Procurador Schelb, não é isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Nesse momento eu não estava. Foi encaminhado para lá. Nesse momento eu não estava na operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A partir do momento em que ele entrou na operação, eles passaram a ser... eles foram como cedidos, entre aspas, ao Ministério Público — de forma irregular, de forma ilegal —, ao Ministério Público, para fazer um trabalho que também não é de atribuição nem competência do próprio Ministério Público, nem deles.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A Polícia Rodoviária paga quem faz despesas por uma atribuição que não é dela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É. E aí nisso tudo a gente vê o imbróglio que envolve a Justiça, envolve várias autoridades, e nós estamos agora trazendo isso à luz, porque até hoje ninguém havia, na verdade, visto essa questão. Eu estou muito preocupado, Deputado Simão Sessim, porque eu estou vendo uma coisa muito séria neste País. É que... E o Supremo Tribunal Federal precisa botar a mão nisso. É que os fins estão justificando os meios. É quase como se admitir que a tortura é um meio próprio para se obter prova. Não é tortura, mas é uma outra invasão na privacidade do cidadão por quem não tem atribuição nem competência para fazê-lo. Então eu acho que essa questão é uma questão séria desta CPI, que esta CPI está trazendo à luz. E, como a gente não pode concordar que os fins justifiquem os meios em nenhuma das hipóteses que eu aventei, eu acho que nós vamos ter que tomar umas atitudes que efetivamente responsabilizem aqueles gestores que permitiram e autorizaram que tudo isso acontecesse. E acho que o nosso depoente aqui pode dar uma grande contribuição a esta CPI. E pode dar a partir do momento em que ele abra verdadeiramente seu coração para que, na verdade, ele seja testemunha, e não amanhã um futuro indiciado, porque me preocupa ver, por exemplo, e não poder entender, como V.Sa. não pode entender,



todos esses procedimentos que foram utilizados para se obter um determinado objetivo, que pode ser nobre, pode ser correto, pode ser...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Posso abusar de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Simão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - V.Exa. é um emérito Delegado de Polícia, V.Exa. é um emérito jurista. Como é que V.Exa. classificaria uma operação desse tipo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Clandestina.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Clandestina.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Clandestina. Então, ela pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nem o SNI nos áureos tempos era capaz de fazer uma operação dessa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Dentro da nossa linha de apuração, nós temos 3 pilares, segundo o senhor tem nos ensinado aqui. Um é apurar grampos legais; outro, grampos ilegais; depois, equipamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E grampos aparentemente ilegais.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Essa operação...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Grampos aparentemente ilegais.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... está enquadrada em qual dos pilares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É um elemento híbrido, que, revestido de aspectos de legalidade, na verdade, estava sendo cometida uma ilegalidade. Eu diria que essa é uma operação...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - (*Ininteligível*) nos 3? o equipamento ninguém consegue descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou usar uma figura de retórica que V.Exa. vai poder compreender bem. Essa operação é uma operação travesti.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem Ronaldinho aí? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É uma operação travesti, que fizeram os policiais rodoviários, entendendo que estariam praticando e fazendo o bem, exercendo a sua atividade policial, mas, na verdade, estavam sendo instrumentalizados para a prática de vários atos ilegais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela oportunidade, vou perguntar para o Wendel: se não fossem vocês, de que forma o Ministério Público teria feito essa operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não sei, Excelência, a forma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vocês foram usados?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Usados? Como usados, Excelência? Não entendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que a pergunta do Deputado Arnaldo Faria de Sá é uma pergunta muito importante e acho que o senhor deve refletir muito em vez de fazer, talvez, uma cara de ironia para responder.

Porque eu vou lhe dizer o seguinte: ou os senhores utilizaram o Ministério Público, ou o Ministério Público utilizou os senhores. E essa é que é a pergunta do Deputado Arnaldo Faria de Sá. O senhor se sente usado pelo Ministério Público, ou se sente tendo utilizado o Ministério Público para alcançar os seus fins de apurar a corrupção dos policiais?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, o Ministério Público oficiou o Ministro da Justiça, que determinou ao Diretor do Departamento que nos colocasse à disposição do (*ininteligível*). Alguns servidores... Em determinado momento, chegou um ofício para que eu fosse colocado à disposição. Eu cumpri o meu papel como servidor público e obedeci à ordem fazendo o meu trabalho. É dessa forma, foi dessa forma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Wendel, quem tinha que exercer essa função que você está dizendo que exerceu era a Polícia Federal, não a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Federal é que é Polícia Judiciária. A Polícia Rodoviária Federal não é Polícia Judiciária. Por isso que eu disse que você deve ter



sido usado pelo Ministério Público. Agora, quando você quer defender o Ministério Público, qual é a sua razão de defender o Ministério Público?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, Excelência, é porque... Desculpe, e eu peço vênica, é porque nós não fizemos nenhuma investigação criminal que usurpasse a função de quem quer que seja, porque não fomos nós. Quem fez a investigação foi o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então você foi usado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, não só foi usado, como V.Exa. colocou uma coisa interessante: caberia à Polícia Federal fazer essa investigação. E V.Exa. sabia que, por exemplo, nessa época, a Polícia Federal já contava, em São Paulo, com equipamentos e com salas próprias de monitoramento e interceptação, fazendo não ser necessário que a operadora executasse para eles esse tipo de ação.

Então a gente vê, na verdade, é uma superposição, uma prática de ilegalidade, que esta CPI, com o trabalho de V.Exas., vem descortinando e vem demonstrando e chamando talvez até à própria consciência desses agentes que operacionalizaram algo que me parece bastante indevido e bastante ilegal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Wendel, nessa... Quantos policiais rodoviários federais trabalharam especialmente nessas operações com o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Além do senhor e do...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Do Reinaldo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Salvo engano, Excelência, cerca de 18 policiais, salvo engano.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dezoito incluindo vocês 2 ou você...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, incluindo nós 2, salvo engano, Excelência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E como foram escolhidos esses 18 policiais? Quem escolheu? Quem falou é esse, é aquele, é esse...

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não estava nesse momento. Como eu reafirmo, eu só cheguei nessa operação em maio.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem te escolheu para participar da operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Possivelmente, o Inspetor Reinaldo, que era o coordenador da equipe na época. Possivelmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele escolheu todos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Possivelmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você disse que voltou para Rondônia por causa da sua mulher. Quantos filhos você tem?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Três.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a idade deles?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dez, 6 e 2 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O senhor... O Presidente, no início, ficou feliz porque pelo menos um dos depoimentos ia clarear, afinal de contas juraram dizer a verdade. Eu pergunto a V.Sa. o seguinte: alguma vez V.Sa. entendeu que a gravação foi anterior ao pedido de interceptação? A interceptação foi pedida depois de já ter gravado alguma coisa, ou apareceu alguma denúncia gravada, ou alguém entregou alguma coisa gravada?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhor. Nunca vi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Todos os depoimentos gravados, o senhor tomou conhecimento deles?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem que fazia essa análise?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Como eu afirmei para o senhor, eu somente entrei na operação em maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A partir de maio, as interceptações ainda existiam, ainda eram feitas, ainda eram realizada?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Isso. A partir de maio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De maio até setembro, foi você que fez?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. De maio até setembro, eu participei da equipe. A minha função na equipe era uma função burocrática. Elaborava alguns documentos, uma função meramente burocrática. Então, não tinha, não estava inserido nesse contexto das gravações em si. Eu somente...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas o senhor sabia que tinha havido um relatório do Inspetor Reinaldo antes?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, sim, porque havia os processos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E que esse relatório, então, não foi por gravação ilegal nenhuma?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Foi o quê? Como ele conseguiu levantar esses elementos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pelo que eu tenho conhecimento, esses relatórios foram produzidos por um trabalho de inteligência da Polícia Rodoviária Federal, da própria Polícia. Tinha a ver com carga, transporte de cigarro, contrabando nas estradas. Tinha esse primeiro viés.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E aí é que vocês acabaram detectando que tinha alguns PRF envolvidos?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Que haveria alguns PRF envolvidos. Está nesse relatório, nesse primeiro relatório de dezembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quantos são os PRFs envolvidos aí?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, são PRFs do Rio de Janeiro, em princípio. Eu não me recordo quantos eram. Eu não estava nesse momento, como eu falei para o senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas quando vocês souberam que tinha PRF envolvido, qual foi o procedimento de vocês?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Já havia nesse primeiro relatório essa possibilidade de PRFs envolvidos. Já havia. E o procedimento foi este: o Inspetor Reinaldo encaminhou lá para o Ministério Público, e ele instaurou o procedimento, e foi feita a investigação.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Certo. O Ministério Público... Mas, dentro da Corregedoria, era obrigação de vocês, ao detectar que tinha um PRF envolvido, tomar providência. Qual a providência que vocês tomaram?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Naquele momento, a partir de minha entrada, por exemplo, na investigação, a partir de maio, era uma investigação secreta, e tinha, sob a égide da idéia de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem determinou o grau de sigilo? Havia uma determinação de grau de sigilo, de secreto? O senhor conhece o que quer dizer o grau de sigilo secreto? Aqui, pela regulamentação das salvaguardas dos segredos, V.Exa. sabe quem é que tem capacidade e atribuição e competência para colocar o grau secreto?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não, Excelência. Ocorre que não se trata do grau secreto ou reservado da administração. Era secreto no Judiciário, era um procedimento de interceptação. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, um procedimento sob segredo de justiça?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe, por exemplo, quais foram as autoridades públicas que foram interceptadas nesse período?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Pelo que eu sabia, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nenhuma?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Policiais federais?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foram.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Foram. Polícias federais, sim, se não me engano. Delegados, acho que um agente, se não me engano. Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Magistrados não?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Políticos também não?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Membros do Ministério Público também não?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Simão, mais algum questionamento?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Só para terminar, a última pergunta. E a operação era o alvo? Foi montada uma operação, roteiro, toda a logística. E nos intervalos da apuração, vocês tinham outras missões que o Ministério Público deu a vocês? Chegaram a fazer um serviço extra para o Ministério Público, fora dessa operação já denominada?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. A mim não foi pedido.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nunca pediram a vocês?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A mim, não.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Você conhece outro Procurador, além do Dr. Guilherme? Algum outro Procurador de Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Só conhece o Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Somente o Dr. Guilherme.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não conhece mais nenhum?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor conhece a Dra. Karen? O Dr. Sílvio?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Dr. Sílvio Luís, em São Paulo. E os conheço assim, nesse contato bem institucional. Em Brasília, nenhum.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Era apenas o Dr. Guilherme?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nós falamos muito em São Paulo, São Paulo, São Paulo. O senhor não participou em nada na operação que foi feita no Rio de Janeiro?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A sua base foi São Paulo? Quem é que coordenava a operação no Rio de Janeiro?



O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - No Rio de Janeiro, logo quando eu cheguei na operação, ela já estava avançada. Logo foi pedido pelo Ministério Público encaminhamento para o Rio de Janeiro, que já havia adiantado. Parece que lá havia alguma coisa. Logo foi encaminhado para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, foi adotado um procedimento... Deixa eu ver se minha análise está correta. De um determinado documento, nasceu uma investigação do Ministério Público que, por sua vez, solicitou o concurso da Polícia Rodoviária Federal para fazer essa investigação. Essa investigação abriu 2 ramificações: uma em São Paulo e outra no Rio da Janeiro. A do Rio da Janeiro, por fim, acabou sendo encaminhada para a Polícia Federal realizar, mas a de São Paulo não, ficou na mão da própria Polícia Rodoviária Federal, junto com o Ministério Público. Estou certo nessa minha colocação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não exatamente assim, Excelência. Porque, na verdade, no Rio da Janeiro havia.... Eu respondi exatamente em relação aos PRFs, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sei.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O que envolvia os PRFs do Rio da Janeiro. Havia na Polícia Federal, acho, que uma investigação. É porque quando eu cheguei, isso já estava mais ou menos resolvido. Foi feito durante um período um trabalho conjunto, depois foi passado para a juíza do caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem é a juíza? O senhor se lembra que é a juíza?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Não tenho domínio desse caso. Eu não... Já estava resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Entendido. Mas em tese, o que eu estou dizendo está correto. Quer dizer, um virou formalmente, foi para a mão de um delegado da Polícia Federal para fazer operação, não é isso? O que terminou num inquérito. E o outro seguiu pelas vias do Ministério Público em São Paulo. Parece-me o que V.Sa. colocou para mim até agora, pelo que eu pude entender e pelo que me foi dito antes, esses foram os caminhos encontrados, né? Em São



Paulo se agiu diferentemente do Rio da Janeiro por questões de conveniência do próprio Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa eu só concluir, Deputado Arnaldo. Depois lhe passo a palavra, só para fechar o raciocínio.

Agora, quero saber o seguinte. Muito bem. Nós vimos uma bela operação em São Paulo, como V.Sa. narrou, teve bons resultados. Teve uma outra bela operação, com bons resultados, no Rio da Janeiro. Agora, qual foi o resultado dessa operação em Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Em Brasília, logo ficou constatado... Logo foi interceptada essa conversa com um Parlamentar....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas você disse que não tinha interceptação com ninguém!

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não. Eu já tinha dito para o senhor antes que não foi interceptado, que uma pessoa que era alvo, né? Houve essa ligação e logo o Promotor Público mandou separar esse material para que fosse encaminhado para a Procuradoria-Geral da República. Então, na verdade, o material de Brasília foi para o Ministério Público para que fosse encaminhado para a instância superior. Nós não tínhamos domínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem era o Parlamentar?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era o Deputado Pedro Corrêa, na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o Deputado Pedro Corrêa foi interceptado por essa operação? É isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. É. Não assim. Ele ligou para um alvo, que era interceptado, e acabou tendo uma conversa gravada. Porque ele ligou para o alvo, ele não foi interceptado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o alvo era de Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O alvo era de, salvo engano, era de São Paulo. Salvo engano. Não me recordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, então, pelo que V.Sa. está dizendo, o Deputado teria feito um telefonema ou recebido um telefonema de Brasília para São Paulo? É isso?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É. Salvo engano. Deve ser São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sei. Agora, esse alvo quem era? V.Sa. se recorda quem era esse alvo?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, exatamente não. Tinha a ver, alguma coisa a ver com Ari Natalino, alguma coisa. Não sei exatamente quem é. Não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor se lembra a época em que essa interceptação foi feita?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Ah, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se foi no início, no meio ou no fim da operação?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. A época assim, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dá uma refrescada, dá uma refrescada.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, não. Foi no decorrer da operação, Deputado. Eu não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse caso que você está citando não tem que ver com petróleo, não; tem que ver com cigarro. Ari Natalino é petróleo. Cigarro é outra.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, mas a ligação tem a ver com o Ari Natalino. Salvo engano, assim, mas tem a ver com Natalino.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com aquela empresa de Virginia, tal, é de cigarro.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Então. Tem a ver com isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, Virginia é cigarro. Ari Natalino é petróleo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Não, mas esse era um dos trabalhos que foi feito.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é o que estou dizendo. Então, não era Ari Natalino.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era em Natalino. Não. Natalino era petróleo também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É petróleo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Petróleo e cigarro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas Virginia não é dele.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - A ligação do Deputado foi para Ari Natalino. Tenho certeza. Com ele, não. Com alguma coisa a ver com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com a Virginia.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com a empresa Virginia. Virginia é cigarro, não é petróleo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Eu não me recordo bem, exatamente do que se trata. Mas foi em relação a ele. Isso eu me recordo bem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você deveria lembrar mais do que eu, porque eu peguei isso episodicamente. Você fez isso. Quer dizer, eu guardei. Faz bastante tempo.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É que eu participei da Comissão de Ética e lembro bem do detalhe.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O telefonema era para Virginia, não era para Ari Natalino. Quer dizer, você deveria saber melhor do que eu, porque eu peguei de orelhada o assunto. Você estava com a mão na massa.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Era em relação ao Ari Natalino. Não me lembro exatamente o que era, em relação ao quê, se era cigarro. Porque, na verdade, o Ari Natalino tinha essas 2 vertentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estou te afirmando: era com cigarro.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - É porque existiam essas 2 vertentes. Ele tinha cigarro e tinha petróleo. É porque agora...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não lembra. Estou te afirmando: era cigarro.

Agora, quem era o juiz de Brasília?

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - O Dr. Clóvis. Da 10.^a Vara Federal, Dr. Clóvis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que já se aposentou, segundo eu soube.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Também, se ele não aposenta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais alguma pergunta, Deputado Arnaldo? Há necessidade de acareação? V.Exa. abre mão da acareação?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aquele detalhe que *(Inaudível. Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso já está notada a situação, não é?

Bom, então vou dispensar, por desnecessária, a acareação. Lamento que o seu início foi melhor do que o seu final. Não posso manter 100% o elogio que lhe fiz ao começo da nossa explanação. Gostaria que V.Sa. abrisse mais o seu coração para esta Comissão Parlamentar de Inquérito porque o senhor estaria prestando um serviço ainda maior ao País do que aquele que V.Sa. prestou, seja como instrumento do Ministério Público... Sei que V.Sa. é um policial de carreira íntegro, daqueles que procuram exercer a sua atividade com competência e correção. Mas ser competente e ser correto não é apenas executar esse tipo de ação. É poder vir a uma Comissão Parlamentar como esta e dizer claramente aquilo que também é preciso ser apurado, porque muitas vezes se praticam ações por determinações superiores que não são as mais corretas e as mais adequadas.

Vou dar oportunidade de V.Sa. fazer suas considerações finais e vou encerrar os trabalhos. Peço a V.Sa. que seja o mais claro e o mais franco possível para encerrarmos bem esta Comissão Parlamentar.

O SR. WENDEL BENEVIDES MATOS - Excelência, peço desculpas por ter frustrado o senhor e a Comissão logo nesse final, como o senhor falou, né? Peço sinceras desculpas. O senhor tem razão. Eu, como um policial de carreira, tento



fazer o meu trabalho da melhor forma possível. Todos os contatos que tive com o Ministério Público, com o Judiciário, no caso do Dr. Mazloun, no caso do Dr. Guilherme (*ininteligível*) e agora nesta Comissão. Todos esses contatos foram de forma a melhor oferecer o meu trabalho, de trabalhar da melhor forma possível. Se não pude esclarecer efetivamente, Deputado, é porque eu não tinha o domínio realmente dos fatos. O domínio dos fatos. O domínio dos fatos estava com o Procurador, com o Inspetor Reinaldo, e, como afirmei, até quase ao final, o meu trabalho era burocrático, de encaminhamento de documentos e tal. Por isso peço desculpas de não poder ajudar o máximo possível. Mas é sempre à disposição. O senhor pode ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se amanhã, dia 29 de maio, às 10h, no Plenário nº 5 do Anexo II, para uma audiência muito importante: audiência pública com a participação do desembargador Luiz Zveiter, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O desembargador Zveiter está sendo o precursor na questão dos controles das interceptações telefônicas por parte dos tribunais e fará uma exposição aqui muito importante que servirá, com certeza, de modelo, de paradigma para o resto do País. Acho que é importante que todos nós estejamos presentes para prestigiar o desembargador e o seu trabalho.

Está encerrada a presente reunião.